

Municípios

A Revista da Associação Paulista de Municípios

DE SÃO PAULO



Ano 6 • Número 47 • R\$ 7,00

55º Congresso Estadual de Municípios
De 12 a 15 de abril de 2011 São Vicente - SP
"UNIDADE PARA VENCER AS DIFICULDADES"



55º Congresso Estadual de Municípios Um Congresso de Resultados

Governador do Estado de São Paulo atende reivindicações da APM e anuncia diversas conquistas aos municípios paulistas

Legislativo Câmara de Laranjal Paulista

Câmara de Laranjal Paulista expõe nesta edição a rotina e a luta dos vereadores por uma cidade melhor.



Entrevista Governador Geraldo Alckmin



Em entrevista exclusiva, governador fala sobre as conquistas anunciadas em prol dos municípios, enfatiza o importante trabalho da APM e destaca alguns projetos.



CAIXA e prefeituras. Para onde você olha, vê os resultados dessa parceria.

A CAIXA tem uma linha completa de produtos, serviços, programas e ações desenvolvidos especialmente para os municípios brasileiros. Apoio à gestão, reestruturação administrativa, habitação, saneamento, desenvolvimento, turismo, meio ambiente. Não importa o tamanho, não importa a região. A CAIXA é o banco do seu município.



Associação Paulista de Municípios

Rua Major Sertório, 128 - 9º andar
Centro - São Paulo - SP
CEP 01222-000
Fone/Fax: (0xx11) 2165-9999
apaulista@apaulista.org.br
www.apaulista.org.br

DIRETORIA ADMINISTRATIVA DA APM GESTÃO 2009 - 2012

Presidente da APM

Marcos Monti

Prefeito de São Manuel (1993 a 1996)

1º Vice-Presidente

José Luiz Rodrigues

Prefeito de Aparecida (2001 a 2008)

2º Vice-Presidente

José Mauro Dedémo Orlandini

Prefeito de Bertioga (1993 a 1996 e 2009 a 2012)

3º Vice-Presidente

Herculano Castilho Passos Júnior

Prefeito de Itu (2005 a 2008 e 2009 a 2012)

4º Vice-Presidente

Diego Denadai

Prefeito de Americana (2009 a 2012)

Secretário Geral

Aquevárque Antonio Nholla

Vice-Prefeito e Vereador de São João da Boa Vista (1993 a 1996 e 1983 a 1992)

1º Secretário

Antônio Cesar Simão

Prefeito de Itapuí (1993 a 1996)

2º Secretário

Sebastião Misíara

Vereador de Barretos (1972 a 1996)

3º Secretário

Jamil Akio Ono

Prefeito de Andradina (2009 a 2012)

Tesoureiro Geral

Carlos Alberto Cruz Filho

Vice-Prefeito e Vereador de Campinas (1997 a 2000 e 1983 a 1988)

1ª Tesoureira

Marisa de Souza Pinto Fontana

Prefeita de Socorro (2009 a 2012)

2º Tesoureira

José Ademir Infante Gutierrez

Prefeito de Teodoro Sampaio (2005 a 2008 e 2009 a 2012)

3º Tesoureira

Antonio Carlos de Faria

Prefeito de Caconde (2005 a 2008 e 2009 a 2010)

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Antonio Francelino

Prefeito de Álvaro de Carvalho (1989 a 1992 / 1997 a 2000 e 2001 a 2004)

Modesto Salvietto Filho

Vereador de Brötas (2001 a 2004 e 2009 a 2012)

Newton Rodrigues Freire

Prefeito de Gália (1989 a 1992)

CONSELHO FISCAL

Francisco Leoni Neto

Prefeito de Bariri (2001 a 2004 e 2005 a 2008)

José Francisco da Rocha Oliveira

Prefeito de Pardinho (1983 a 1988 / 1993 a 1996 / 2005 a 2008 e 2009 a 2012)

Maria Antonieta de Brito

Prefeita de Guarujá (2009 a 2012)

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente

Mariâlene Mariottini

Vereadora de Mogi-Mirim (1989 a 2008)

Vice-Presidente

Roque Joner

Prefeito de Pratânia (1997 a 2004)

Secretário

Gianpaulo Baptista

Vereador de Porto Feliz (1988 a 1990)

Editorial



UM CONGRESSO DE RESULTADOS

Após alguns anos participando do movimento municipalista paulista e brasileiro tive a oportunidade de presenciar um momento histórico no 55º Congresso Estadual de Municípios, promovido pela Associação Paulista de Municípios – APM, legítima representante dos 645 municípios paulistas.

Devo confessar que o motivo de satisfação é duplo por ser o Presidente da APM e constatar que através da unidade das Entidades Regionais em torno da APM estamos avançando no caminho certo.

Como é de conhecimento de todos, no começo deste ano promovemos uma reunião na sede da APM com todos os Presidentes de Entidades Regionais do nosso Estado, com o objetivo de elaborarmos uma Pauta de Reivindicações para ser apresentada no 55º Congresso.

Depois da pauta elaborada num consenso de todas as Entidades, tínhamos reivindicações tanto para o Governo Federal, quanto para o Governo Estadual. Apresentamos essa pauta na abertura do 55º Congresso Estadual de Municípios.

As questões que envolviam o Governo Federal foram encaminhadas para serem

apresentadas na XIV Marcha dos Prefeitos, promovida pela Confederação Nacional de Municípios – CNM; as questões que envolviam o Governo Estadual estavam em debate no 55º Congresso.

O motivo de nossa satisfação é que nas questões relacionadas ao Governo Estadual obtivemos êxito em todas nossas reivindicações. O Governador Geraldo Alckmin fez questão de participar do 55º Congresso Estadual de Municípios anunciando as boas novas aos municípios paulistas.

Ressaltamos, ainda, que muitos dos nossos anseios encaminhados ao Governo Federal também tiveram soluções anunciadas pela Presidente Dilma Rousseff na XIV Marcha dos Prefeitos.

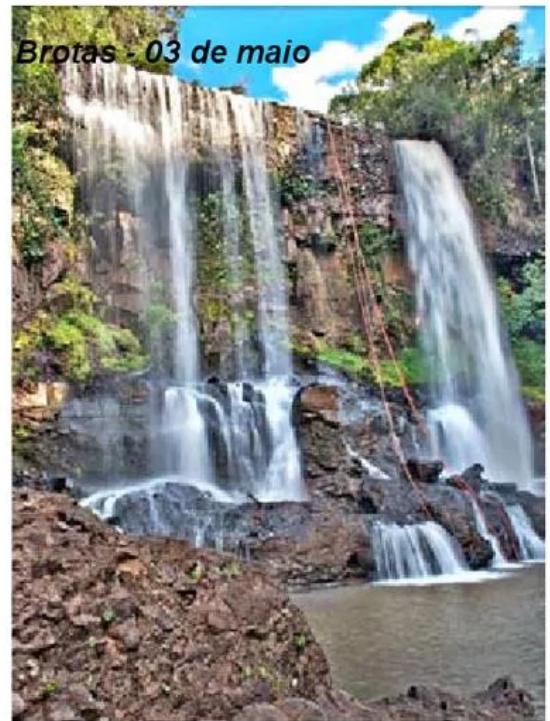
Portanto, concluímos mais uma vez que somente através da unidade do movimento municipalista é que obtemos resultados positivos. Vamos continuar com nossa luta defendendo os interesses dos nossos municípios e podemos afirmar que o 55º Congresso Estadual de Municípios foi "UM CONGRESSO DE RESULTADOS".

A luta continua!

Saudações Municipalistas,

Marcos Monti
Presidente da APM

MUNICÍPIOS ANIVERSARIANTES

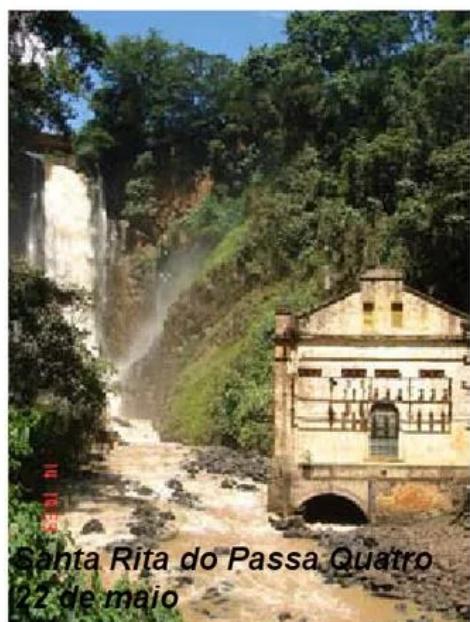




Cesário Lange - 03 de maio



Bocaina - 23 de maio



*Santa Rita do Passa Quatro
22 de maio*

Santa Rita D'Oeste - 22 de maio



Araçariguama - 19 de maio



Alambari - 09 de maio

Responde



As respostas às perguntas formuladas por Prefeituras, Câmaras, técnicos e demais entidades vinculadas aos Municípios paulistas, associados da APM, são de responsabilidade do Conselho Técnico da entidade, sob coordenação do dr Antonio Sergio Baptista, advogado, especialista em Direito Público Municipal.

P. Qual o tributo que deve incidir sobre o valor de fornecimento parcelado de emulsão e massa asfáltica, destinado à manutenção de vias públicas, sem prestação de mão-de-obra?

R. Abrindo a resposta anoto, preliminarmente, o quanto posto no item 7.02, da lista anexa a Lei Complementar nº 116/03, que disciplina o imposto de serviço de qualquer natureza.

“ 7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras

semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).”

O confronto da norma legal acima transcrita com o objeto do contrato demonstra, de forma clara e inquestionável, tratar-se única e exclusivamente da hipótese de fornecimento de mercadoria, não havendo que se falar em prestação de

serviço, condição necessária para a incidência do ISS.

P. Concorrência Pública e Contrato de Concessão de Transporte Coletivo Urbano julgados irregulares pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em decisão definitiva, podem ser rescindidos antes de seu término?

R. A decisão de irregularidade da concorrência pública e do contrato de concessão decorrente, prolatada pelo pleno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e já transitada em julgado, não hospeda a determinação de rescisão daquele contrato.

No entanto, nos termos do artigo 38, da



Lei nº 8987/95, o poder concedente poderá declarar a caducidade da concessão, desde que (i) preenchidos os requisitos estampados na norma acima citada e (ii) observado o ritual grafado no § 2º e seguintes do mesmo dispositivo.

Por outro lado, a hipótese de intervenção exige estudo prévio da conveniência e oportunidade para sua declaração, tendo em vista, em especial, a sanção grafada no § 1º do artigo 33, do Estatuto de Regência. Confira-se:

“Art. 33. Declarada a intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de trinta dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 1º. Se ficar comprovado que a intervenção não observou os pressupostos legais e regulamentares será declarada sua nulidade, devendo o serviço ser imediatamente devolvido à concessionária, sem prejuízo de seu direito à indenização.

P. Qual o momento de exigibilidade do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, para os efeitos de comprovação e habilitação, em certames promovidos pela Administração.

R. O artigo 31, da Lei nº 8666/93, na parte inicial do inciso I, quando faz referência ao “balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social”, remete sua exigibilidade para a lei que disciplina a matéria no âmbito das sociedades

que, a partir de 10 de janeiro de 2003, passou a ser o Novo Código Civil Brasileiro.

Assim, compulsando referido código, verifica-se que seu artigo 1.078, ao disciplinar a assembléia dos sócios fixa um lapso temporal “... uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, ...” ou seja, até 30 de abril.

Mas, além disso, o mesmo artigo, em seu inciso I, determina que um dos objetivos daquela assembléia é: “tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico;”.

Portanto e já concluindo, entendo que qualquer empresa poderá participar de licitações públicas e habilitar-se apresentando, quando a data da entrega das propostas for até 30 de abril do exercício seguinte, os documentos do penúltimo exercício, quando posterior a 30 de abril, serão exigíveis os documentos relativos ao exercício imediatamente anterior.

P. Professor da rede pública e eleito Vice-Prefeito pode receber a remuneração de professor e Vice-Prefeito?

R. O Vice-Prefeito, tanto quanto o Prefeito, é detentor de mandato eletivo e, portanto, está sujeito à vedação grafada no § 4º, do artigo 39 da Constituição Federal. Confira-se:

“§ 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo,

os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.” (grifamos)



55º Congresso Estadual de Municípios



Vereadores fazem debate sobre as mudanças na reforma política no 55º CEM

O auditório ficou lotado na manhã de quinta-feira, dia 14, para o debate dos vereadores sobre a polêmica da nova reforma política brasileira.

O presidente da Uvesp, Sebastião Misiara, fortificou que os municipalistas devem sempre contribuir na organização da sociedade civil. A Associação Paulista de Municípios visa, através da unidade, debater e levantar as reivindicações das cidades. "Quem resolve problemas financeiros entre tantos outros é o município, portanto precisamos conquistar maior espaço junto ao Congresso Nacional", enfatizou Sebastião Misiara.

O advogado especialista em direito

eleitoral, Ricardo Porto, abordou na palestra os fundamentos da Lei da Ficha Limpa. "O Supremo Tribunal foi sensato e deu uma lição jurídica ao derrubar a execução da lei da ficha limpa nas eleições de 2010. A lei possui diversos assuntos que ainda não foram discutidos", avaliou.

Ressaltou também que a Lei da Ficha limpa não determina qual o limite real que o indivíduo pode ficar sem o direito de se candidatar. "Outro ponto a discutir é que a lei propõe a elegibilidade de pessoas que perderam a licença de exercício profissional independente da área de atuação".

O representante político Edgar Souza levantou a bandeira para uma reforma po-

lítica voltada ao municipalismo. "Se temos problemas na lei da Ficha Limpa vamos conversar com a sociedade. Temos hoje ideias que divergem e convergem e buscamos o espaço organizado pela APM para permitir que essas interpretações sejam compreendidas", disse.

Ricardo Porto demonstrou, ainda, os aspectos que precisam ser reavaliados sobre a fidelidade partidária. "Eu não aguento discutir reforma política todo ano. Em um país que se arrecadam 1,5 trilhões de impostos, deveriam se aprofundar também nas questões tributária do país", alertou o advogado. (C.E.S.)

Tribunal de Contas levanta importantes discussões

Por: Iracy Alvarenga

Com o auditório repleto de membros de Prefeituras e Câmaras, o secretário-diretor geral do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Sergio Ciquera Rossi, ministrou palestra sobre Precatórios, Consórcios e Câmaras Municipais, na sexta-feira.

Sergio falou aos congressistas que um dos mais importantes cuidados para a realização de despesas com regularidade é sempre ouvir primeiro o Tribunal de Contas. Esclareceu que o TCE é um órgão de fiscalização, mas que se incumbiu da tarefa de orientação aos administradores públicos.

Ressaltou, ainda, que as críticas dirigidas ao TCE são injustas, exemplificando que muitas vezes recebem a acusação de que o TCE é antagônico à administração pública e que sempre rejeita as contas.

Esclareceu que o TCE aprova a grande maioria das contas e que tem por princípio orientar os gestores públicos, mas sempre à luz da Constituição Federal e demais leis que norteiam a administração municipal. "O

número de rejeições é muitíssimo menor atualmente do que em exercícios anteriores", declarou Sergio Rossi, justificando que essa nova situação se dá, justamente, pela disposição em orientar previamente as dúvidas do administrador municipal.

O diretor do TCE informou também que o Ministério Público está de acordo com o Tribunal de Contas quanto à criação de cargos em comissão e que neste ponto as Câmaras e Prefeituras precisam estar atentas aos princípios da razoabilidade e da moralidade. "Tem que ter equilíbrio entre os servidores do quadro permanente e os em comissão. Estes são para fins específicos para cargos de chefia, direção e assessoramento".

Ao discursar sobre os precatórios judiciais, comentou que Tribunal de Justiça do Estado reuniu-se com o TCE, no sentido de harmonizarem suas ações e cruzamento de dados. Salientou, ainda, que o volume de precatórios cresceu e foi editada a Emenda

Constitucional nº 062, que cria o regime especial para os precatórios, determinando os prazos e ordem cronológica dos pagamentos, bem como das sanções previstas quando do descumprimento, como o corte nos repasses de verbas e improbidade administrativa.

Sergio Rossi também falou sobre despesas com publicidade institucional, notícia informativa e consórcios públicos. Ao final, foi aberto espaço às perguntas para esclarecimento de dúvidas.



Painel sobre Meio Ambiente ressalta municipalização

Um dos temas discutidos no 55º Congresso Estadual de Municípios, na quinta-feira, dia 14, foi com relação ao Meio Ambiente.

O secretário adjunto da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Rubens Naman Rizek Junior, informou aos congressistas quais os projetos da Secretaria para esta área que hoje tem exigido muita atenção das autoridades.

Após o seu pronunciamento, o dire-



tor presidente da Cetesb (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental), Otávio Okano, discursou sobre Municipalização. "Alguns dos objetivos são unificar o licenciamento ambiental, desburocratizar os serviços e capacitar os municípios para assumir o licenciamento ambiental".

Otávio também afirmou que os munici-

pios terão total apoio da Cetesb. "As cidades que quiserem se municipalizar encontrarão nossas portas abertas. Vamos fortalecer a municipalização", encerrou.

Logo depois desses discursos, os congressistas receberam o governador do Estado de São Paulo Geraldo Alckmin e a primeira-dama do Estado Lu Alckmin. (A.F.)

Micro e pequenas empresas como geração de riquezas é tema de palestra do Sebrae

Com o tema "A importância das Micro e Pequenas empresas para o desenvolvimento local", o consultor do Sebrae, Júlio Duarte, ministrou palestra no 55º Congresso Estadual de Municípios, na tarde de quarta-feira.

Júlio falou sobre a viabilização das empresas de pequeno porte como fonte de geração de riquezas para o desenvolvimento dos municípios. "Atualmente esta classe empresarial participa com 20% do PIB nacional. É uma oportunidade para os municípios desenvolverem o empreendedorismo regional. Nossa modelo do passado era focado nos grandes empreendimentos, porém, hoje esse é um setor emergente para a economia".

Segundo o palestrante, as medidas

tomadas para que ocorra esse desenvolvimento são: desburocratização, educação empreendedora, inovação tecnológica, arranjos produtivos, acesso ao crédito e legislação tributária, de acordo com a realidade das empresas e sua capacidade contributiva. "As prefeituras precisam de produtos e serviços que podem ser adquiridos destas empresas. A lei geral se apóia no tripé desburocratização, desoneração e desenvolvimento, respaldados na inovação, oportunidades e empreendedorismo".

O prefeito de Lins, Waldemar Sândoli Casadei, ressaltou a contribuição do Sebrae no desenvolvimento do município. Dentre eles, citou o projeto da Incubadora de Empresas e a transferência da agricultura tradicional para a orgânica. "Com o

Sebrae, introduzimos em todas as escolas o ensino ao empreendedorismo. Formamos profissionais capacitados a desenvolver negócios próprios", finalizou. (C.E.S.)



Guardas Municipais também podem atuar na segurança pública

O primeiro dia do Congresso do 55º Congresso Estadual de Municípios foi bastante movimentado. Palestras da Aneel, Saneamento, Gestão Metropolitana, Gestão Pública e Turismo foram alguns dos assuntos debatidos.

No período da tarde, os congressistas puderam conferir palestra sobre Guardas Municipais, com o doutor Ruyrillo Pedro de Magalhães, secretário de Defesa do Cidadão de Valinhos e Professor de Direito Penal da Anhanguera Educacional.

Ruyrillo falou sobre "As Guardas Municipais e a paisagem sócio-jurídica em que vivemos".

Segundo ele, as Guardas Municipais podem atuar na segurança pública, auxiliando o trabalho das demais autoridades. "Podem exercer policiamento, abordar sobre afundada suspeita e atuar no amplo policiamento. É preciso, para tanto, promover um curso de aprimoramento".

Conforme ressaltou o secretário, o cidadão necessita de segurança. "As pessoas



não querem ver as limitações. É interesse do município integrar a Guarda Municipal com as outras forças policiais". (A.F.)

Secretário de Habitação mostra projetos para os municípios de São Paulo

O secretário de Estado da Habitação, Silvio Torres, trouxe para o 55º Congresso Estadual de Municípios, na quinta-feira, dia 14, os projetos de habitação para o desenvolvimento sustentável dos municípios.

Segundo ele, São Paulo é um estado de forte poder econômico que abriga importantes fatores de capital para o país. Portanto, não deveria permitir que milhares de pessoas habitassem locais de situação de risco. "A tragédia que aconteceu no Rio de Janeiro mostrou a fragilidade e a necessidade de soluções dos problemas habitacionais. Deslocar a população que mora em lugares emergentes a alguma tragédia devido à falta de infra-estrutura civil é a prioridade zero da Secretaria", analisou Silvio Torres.

Outro projeto demonstrado foi o reassentamento de indivíduos que moram em favelas. Conforme destacou, é possível transferi-las para conjuntos habitacionais ou até mesmo utilizar os terrenos para a cons-

trução de novas moradias. "Outro eixo do nosso programa de desenvolvimento sustentável atua no litoral. O maior programa é a recuperação da costa litoral de Santos e Cubatão. Temos que nos preparar para o impacto da implementação do pré sal, dar suporte às prefeituras para que congelem a situação e não permitam que outros cidadãos retornem para esses espaços de riscos".

O secretário ressaltou os modelos criados para o desenvolvimento habitacional sustentável: moradias destinadas às famílias de baixa renda, um até três salários, regularização fundiária e Projeto Cidade legal, que viabiliza a regularização das construções locais. "Estamos abertos a receber em nossa Secretaria os representantes políticos de cada cidade para firmarmos os projetos". (C.E.S.)



A importância das Coordenadorias de Defesa Civil é abordada em painel

O painel “Casa Militar – Defesa Civil” abordou na tarde de sexta-feira (15), durante o 55º Congresso Estadual de Municípios, a importância da implantação das Coordenadorias Municipais de Defesa Civil.

O palestrante foi secretário chefe da Casa Militar e coordenador estadual da Defesa Civil, o Coronel Admir Gervásio Moreira.

O secretário discorreu sobre a ampliação do projeto de Defesa Civil nas escolas, ampliação dos planos preventivos e criação do Sistema Integrado de Defesa Civil (Sidec). “É preciso criar um plano municipal com o objetivo de identificar possibilidades de acidentes naturais, ambientais e tecnológicos. Assim, podemos saber quais as sa-

ídas que a cidade dispõe em uma situação de emergência previamente”, afirmou.

O Coronel mostrou aos congressistas as oito orientações principais para evitar tragédias. São elas: mapear as áreas de risco, fiscalizar a ocupação irregular do solo, remover moradores de áreas de risco, conter as encostas, construir casas e prédios mais seguros, possuir um sistema mais eficaz de monitoramento, alertas quando houver emergências e coordenar melhor as ações. “A eficácia de um sistema de Defesa Civil está diretamente relacionada com o planejamento de treinamentos executados”, concluiu. (A.F.)



Transportes Metropolitanos é tema de palestra

No quarto dia do Congresso Estadual de Municípios, realizado pela APM, os congressistas puderam acompanhar o painel Transportes Metropolitanos, do estado de São Paulo.

O diretor presidente da EMTU, Joaquim Lopes da Silva Júnior, tratou dos trabalhos desenvolvidos pela empresa, como o Operador Regional Autônomo (ORCA), que, segundo ele, tirou as pessoas da clandestinidade e as colocou na legalidade.

O coordenador da Gerência Regional de São Paulo, Alexandre Breviglieri, divulgou durante a palestra o projeto “Ligado”, que consiste na parceria com as prefeituras para instituírem transporte público condicionados aos usuários com



mobilidade reduzida. “Queremos com o projeto trazer as pessoas que tenham algum problema para o convívio público”.



O convênio pode ser contratado pelas prefeituras e também por entidades assistencialistas. (C.E.S.)

Educação Pública de qualidade é foco da Secretaria de Estado da Educação

Na manhã de quinta-feira (14), o secretário de Estado da Educação, Herman Jacobus Cornelis Voowald, este no 55º Congresso Estadual de Municípios, em São Vicente (SP), para apresentar a política educacional do estado no Governo de Geraldo Alckmin.

Voowald transmitiu alguns dados importantes aos congressistas sobre a educação não só em São Paulo, mas também no Brasil.

Segundo o secretário, quase 50% dos jovens brasileiros de 19 anos não conseguiram concluir o Ensino Médio. Dos que conseguiram, 10% tiveram um desenvolvimento razoável. "O Estado precisa resolver de forma urgente a qualidade do Ensino Fundamental e Médio. Como diferencial, estão as políticas anteriores que focaram questões fundamentais. Nós temos condições de fazer uma mudança rápida, desde que as políticas tenham efeito".

A Educação Básica já foi universalizada. "Conseguimos colocar mais de 95% das crianças na escola e avançar nesta questão. O Estado de São Paulo conta com bons currículos para o Ensino Básico", ressaltou Voowald.

Aos congressistas, o secretário apresentou a proposta levada ao governador Geraldo Alckmin. "Temos dois objetivos, um deles é que São Paulo tenha a Educação Básica entre os 25 melhores sistemas educacionais do mundo até 2022. Isto será possível graças às políticas anteriores que se preocuparam em sustentar o

currículo, considerando-se que educação pública de qualidade é prioridade".

O segundo objetivo é que a carreira de professor volte a ser procurada no país. "O Brasil deixou de valorizar a profissão. Preocupa-se somente com o controle e se esquece do mais importante que é o detentor de conhecimento", relatou Voowald.

O secretário ainda destacou que é preciso resgatar a dignidade do servidor de educação. "A deficiência está no educador. Devemos dar a devida importância através de uma política salarial para que o professor tenha seu esforço reconhecido".

Ao final de seu discurso, Voowald mostrou medidas propostas pela Secretaria em curto e médio prazo. Em curto prazo, que "100% das crianças de 4 a 15 anos estejam na escola e que 90% dos jovens de 15 a 19 anos também consigam estudar. Vamos mostrar ao resto do país a importância que o Estado dá para o professor", finalizou.

SESI/SENAI

No mesmo painel, "Os Desafios da Educação paulista e a Contribuição do SESI e do SENAI" foram apresentados pelo superintendente operacional das entidades,



Walter Vicione Gonçalves.

Walter salientou que as instituições procuram implantar soluções para os programas educacionais. "Enfrentamos o desafio de universalizar a Educação Básica no país. O grande problema estaria na Educação Infantil. Se fosse feito um estado, constatariamos que São Paulo tem manchas de não-atendimento integral da criança de 0 a 5 anos. No Ensino Médio, nem todas as crianças de 15 a 19 anos estão estudando.

O superintendente relatou a necessidade de transformar a escola pública em escola de excelência para todos e não para poucos. "Precisar ter uma destas em cada município. Uma escola para atender de forma igualitária e educativa as crianças, os jovens e os adolescentes. Que também promova a permanência do aluno, a aprendizagem centrada no aprender e não apenas no ensinar, já que o ato principal da educação é a aprendizagem".

55º Congresso Estadual de Municípios



Prefeito de São Paulo encerra 55º Congresso Estadual de Municípios

“Mais uma vez todos nós devemos ratificar a importância que o Congresso Estadual de Municípios tem. A APM é uma entidade forte e tem a definição clara de quais são as principais bandeiras municipalistas para que possamos estar imanados em sua defesa”. Esta foi a declaração do prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, durante a solenidade de encerramento do 55º Congresso Estadual de Municípios, na tarde de sexta-feira.

Kassab participa todos os anos dos congressos da APM e também monta stand mostrando os trabalhos de sua administração. “Trouxemos os programas e ações do poder público para que vocês possam conhecer e levar para suas cidades. Sempre aprendemos muito com as experiências trazidas nos congressos da APM”.

Em seu discurso, enfatizou a importância do aumento de recursos e investimentos para a saúde, educação e infraestrutura, atendendo às prioridades de cada município. “Essa é a razão pela qual estou aqui, atendendo ao pedido da diretoria da APM, para falar um pouco da

importância do desenvolvimento e as principais alternativas para que a gente possa aumentar os índices da cidade relativos ao desenvolvimento”.

Segundo o prefeito, tão importante quanto as ações vinculadas ao desenvolvimento são as conquistas de uma maneira conjunta. “Isso ao lado de entidades fortes como a APM, com programas de investimentos com os governos estadual e federal, para que possamos solucionar os problemas para os gargalos que temos da nossa sociedade”.

Fazendo referência ao tema do Congresso – “Unidade para vencer as dificuldades” – ressaltou a importância de todos agirem em conjunto, para aumentar a força e dar melhores condições para os municípios serem atendidos. “Assim podemos definir um plano de metas que poderá fazer com que em alguns anos tenhamos municípios mais preparados e estruturados para deixar um Brasil melhor para nossos filhos e nossos netos”.

Para finalizar, afirmou que o Congresso da APM mais uma vez foi corado com êxito, sendo uma oportu-

nidade de as autoridades avançarem bastante nas discussões da causa municipalista.

BALANÇO

Cerca de cinco mil pessoas passaram pelo Centro de Convenções nos quatro dias de evento. Ao todo, mais de 400 municípios representados, 200 prefeitos, 80 presidentes de câmaras e 600 vereadores.

Na opinião do prefeito de São Vicente, Tercio Garcia, o Congresso da APM foi marcado pela grandiosidade das discussões políticas, com temas sérios e profundos. “O Congresso da APM é o maior evento municipalista do Brasil. Oferece painéis muito ricos, importantes discussões e uma troca de experiências muito positiva”.

O presidente da APM, Marcos Monti, afirma que o saldo foi extremamente positivo, em razão das conquistas, dos amplos debates e do sucesso de público. “Esse Congresso teve uma característica diferente; além dos painéis com importantes temas e da Exposição de Produtos e Serviços, tivemos uma pauta de reivindicações que foi atendida em grande parte pelo governador. Isso mostra a força do municipalismo. Obrigada a todos”. (D.B.)

Secretário de Estado comenta projetos do governo para desenvolver o turismo paulista

O secretário de Turismo do Estado de São Paulo, Márcio França, mesmo tendo recebido alta médica recentemente, aceitou convite do presidente da APM, Marcos Monti, para ministrar o painel “São Paulo - Novos Rumos no Turismo”, na quarta feira, no 55º Congresso Estadual de Municípios.

Márcio França enfatizou a importância

da divulgação do turismo no Estado de São Paulo, afirmando que, no passado, não existia um departamento exclusivo em São Paulo para tratar de assuntos sobre o turismo. “Era visto como assuntos relacionados a esportes. E esporte é diversão. A cidade de São Paulo é sinônimo de trabalho, logo, turismo não serve para São Paulo”, brincou.

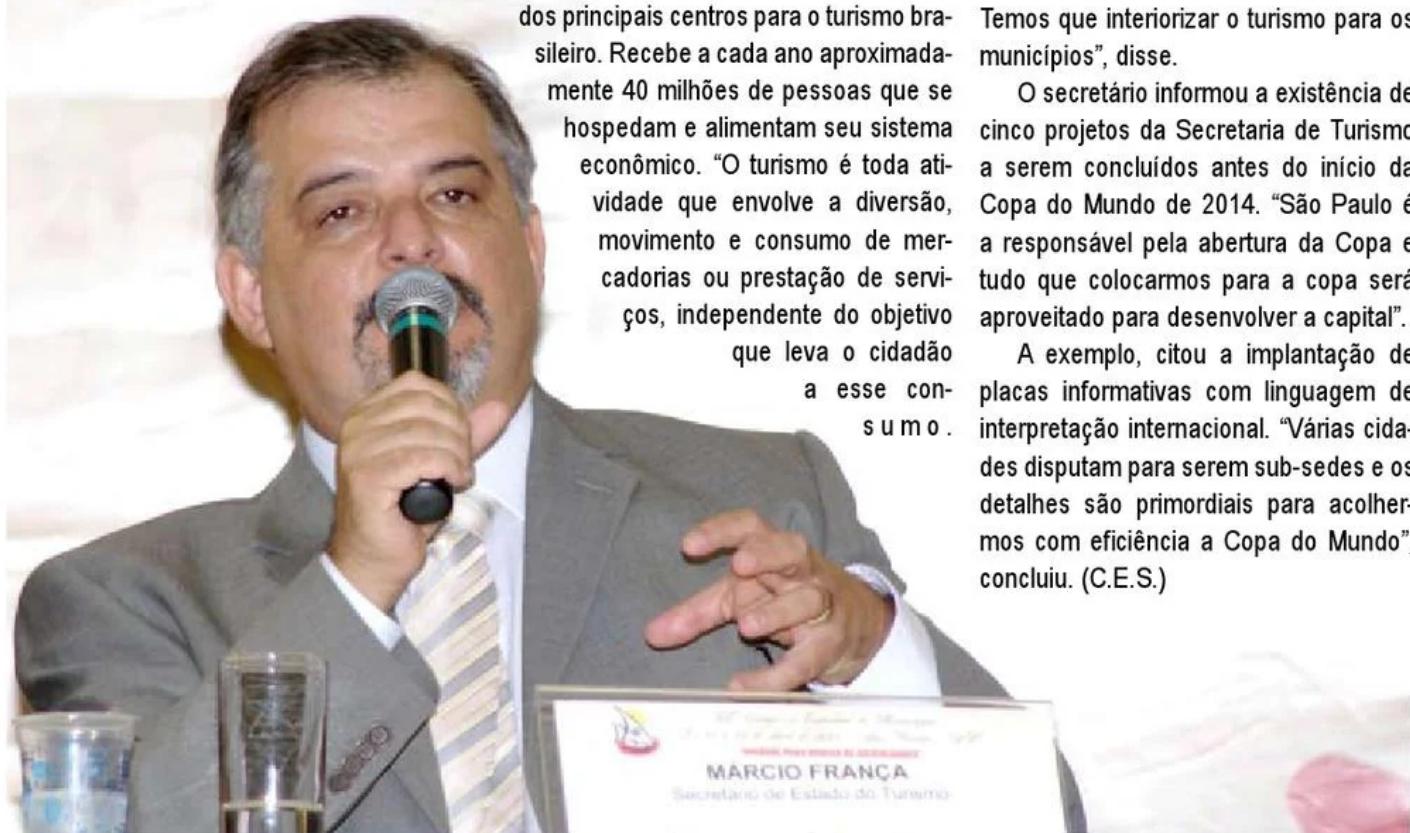
Segundo ele, a capital paulista é um dos principais centros para o turismo brasileiro. Recebe a cada ano aproximadamente 40 milhões de pessoas que se hospedam e alimentam seu sistema econômico. “O turismo é toda atividade que envolve a diversão, movimento e consumo de mercadorias ou prestação de serviços, independente do objetivo que leva o cidadão a esse consumo.

“São Paulo abriga importante centro econômico do país e, por sua vez, gera volume de indivíduos que precisam fazer negócios. Turismo é negócio, business”, avaliou.

Demonstrou também a iniciativa do governo em descentralizar o turismo da capital e estender a atividade para o interior paulista. “Centros como Anhembi e Centro Norte estão lotado até 2019. Temos que interiorizar o turismo para os municípios”, disse.

O secretário informou a existência de cinco projetos da Secretaria de Turismo a serem concluídos antes do início da Copa do Mundo de 2014. “São Paulo é a responsável pela abertura da Copa e tudo que colocarmos para a copa será aproveitado para desenvolver a capital”.

A exemplo, citou a implantação de placas informativas com linguagem de interpretação internacional. “Várias cidades disputam para serem sub-sedes e os detalhes são primordiais para acolhermos com eficiência a Copa do Mundo”, concluiu. (C.E.S.)



55º Congresso Estadual de Municípios

Painel discute a importância de conselhos da condição feminina nos municípios



Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e a importância dos conselhos e secretarias municipais da mulher. Estes foram os temas abordados no painel Conselho da Condição Feminina, na manhã de sexta-feira, durante o 55º Congresso Estadual de Municípios.

O Conselho Estadual da Condição Feminina – CECF – é uma conquista do movimento de mulheres do Estado de São Paulo. É um órgão governamental específico, criado pelo Decreto n.º 20.892, de 4 de abril de 1983 na gestão do governador André Franco Montoro, institucionalizado pela Lei n.º 5.447, de 1º de dezembro de 1986.

Tem como atribuições: formular diretrizes e estimular atividades que combatam a discriminação contra a mulher e promovam sua plena integração na vida socioeconômica e político-cultural. Desenvolve também estudos e pesquisas sobre o tema, organiza encontros e participa de eventos nacionais e internacionais.

Com 62 conselhos distribuídos pelos municípios do Estado de São Paulo, trabalha com os seguintes eixos: o tráfico de mulheres para exploração sexual, o direito humano de presidiárias, execução da lei Maria da Penha e prevenção ao contágio do vírus HIV.

O Pacto Municipal de Enfrentamento à Violência da Mulher existe no sentido de

que os municípios possam combater os crimes praticados contra a mulher. O pacto integra diversos fatores, como sociabilidade, educação e gestão para evitar a violência. “Queremos chamar todos os municípios e, como unidade, fazer uma estrutura de extinção dos maus tratos contra a alma feminina”, afirma Sandra Andreoni, membro do Conselho.

Segundo a palestrante, a plataforma é a interiorização do projeto, além de auxiliar os municípios a criar os conselhos. “Precisamos sanar as violências que se alastram por todos os lados e piora a cada dia. Se não enfrentarmos, não sabemos onde irá parar”. (C.E.S)

55º Congresso promove debate entre Aneel e representantes públicos sobre a Resolução Normativa 414/2010

Por: Carlos Eduardo Sgnoretti

O primeiro painel do 55º Congresso Estadual de Municípios, na manhã de quarta-feira, dia 13, contou com presença do superintendente da Aneel, Marcos Bragatto, que explanou sobre assuntos ligados à distribuição de energia e as responsabilidades do poder público para a gestão.

Marcos Bragatto afirmou que a missão da Aneel é proporcionar métodos favoráveis para que o mercado de energia elétrica desenvolva o equilíbrio entre os agentes em benefício da sociedade. "A exemplo, a criação da resolução 414/2010, que visa regulamentar normas já descritas na constituição de 1988".

A nova resolução trata principalmente a titularidade de ativos da Iluminação Pública, ou seja, a transferência dos ativos para os municípios. Compreendem-se como ativos implementos diretos envolvidos na distribuição de energia, entre eles: postes, lâmpadas, fiação e reatores. "Objeto de cinco audiências, essa resolução é a maior da Aneel. Engloba mais de 11 outras resoluções e possui 17 capítulos, 96 seções e 129 páginas que abordam temas de interesse dos consumidores", avalia Marcos Bragatto.

O consultor e especialista em Energia, Reni Antonio da Silva, comentou que já é de responsabilidade do município o fornecimento de energia pública. A novidade em questão é a redução de 10% nos custo de operação e manutenção. Atualmente os custos estão embutidos nas tarifas cobra-



das pelas distribuidoras e concessionárias. Porém salientou que essa redução poderá não ser significativa, uma vez que poderá ocasionar aumento nos custos tributários.

Outras abordagens foram explanadas pelos integrantes do painel, como a disposição dos Conselhos dos Consumidores em receber reivindicações sobre questões de energia e encaminharem à Aneel e a representação do poder público municipal nos conselhos de consumidores das distribui-

doras de energia. "Além de desenvolver a fiscalização, o processo evolui", afirma dra. Darcy Pimentel, representante do Conselho de Consumidores.

Ao finalizar o Painel, Marcos Bragatto alertou os representantes políticos sobre a importância de divulgar o prazo de cadastramento a fim de que famílias carentes não percam o desconto na conta de energia elétrica.

55º Congresso Estadual de Municípios



Com auditório lotado, vice-governador abre 55º Congresso Estadual de Municípios

Por: Daniela Bertoldo

Cerca de duas mil pessoas estiveram presentes na abertura do 55º Congresso Estadual de Municípios, na noite de 12 de abril. Antes da solenidade, as autoridades e os congressistas conferiram uma apresentação teatral do grupo de São Vicente, que contou a história do surgimento da primeira cidade do Brasil.

Os trabalhos foram abertos pelo vice-governador do Estado de São Paulo, Gylherme Afif Domingos. O presidente da APM, Marcos Monti, iniciou os discursos, apresentando ao governador a pauta de reivindicações dos municípios paulistas, que foi elaborada pela APM e pelos presidentes de 22 entidades regionais. "Aproveitando a presença do Afif e do Gilmar Dominici,

representando a subchefia de Assuntos Federativos da Presidência da República, quero colocar os anseios dos municípios e a pauta que vamos trabalhar ao longo desse ano para avançar nas reivindicações e atender melhor os municípios", afirmou o presidente da APM.

Em seu discurso, destacou a importância do tema do Congresso: Unidade para vencer as dificuldades. "Temos que aproveitar esse momento para buscarmos dentro das nossas dificuldades a unidade – somente através dela vamos vencer e trazer dias melhores".

O prefeito de São Vicente, Tercio Garcia, reforçou que o Congresso é o maior e o principal encontro municipalista do país que visa, além do intercâmbio de informações, o fortalecimento do municipalismo nacional.



55º Congresso Estadual de Municípios



"São Vicente orgulha-se de receber-los nesse ambiente em que se vive e se respira história. O 55º Congresso representa um marco para o municipalismo brasileiro".

O presidente da Câmara, Pedro Gouvea, acrescentou que o Congresso é o momento de encontrar soluções para um município mais forte.

Gilmar Dominici, da Subchefia de Assuntos Federativos da Presidência da República, garantiu que essas reivindicações serão levadas ao Governo Federal. "Iremos avançar nessas pautas. Nós que somos municipalistas sabemos da luta que os municípios têm".

O deputado federal Milton Monti, representando a Câmara Federal, salientou que o Congresso é de suma importância por permitir a troca de experiências e a união de forças para que os municípios enfrentem as dificuldades. "O Congresso é muito valioso para isso. Sabemos da importância e da atenção que deve ser dada a essa pauta de reivindicações".

A Assembleia Legislativa foi represen-

tada pelo deputado Celso Giglio, primeiro vice-presidente, o qual ressaltou que se todos trabalhassem juntos estariam em outro patamar. "Se soubéssemos da nossa força, estariamos presentes nesse momento gritando mais alto pela reforma tributária".

O vice-governador, Guilherme Afif Domingos, falou sobre os royalties do pré-sal, sobre a busca pela eficiência dos recursos públicos e outros assuntos ligados ao municipalismo. "Quero lembrar que também sou municipalista. Venho aqui como cidadão de

um lado, entusiasmado com essas matérias, e como vice-governador de outro, para poder servir a causa de todos nós. É com essa missão e pela delegação que me foi entregue que podemos fazer um importante trabalho para o melhor desenvolvimento do nosso estado e de nosso país".

Após encerramento da solenidade, as autoridades concederam entrevista aos órgãos de imprensa e visitaram a Feira de Exposições.



55º Congresso Estadual de Municípios



Proximidade com o cidadão é foco da Secretaria de Gestão Pública

O secretário de Estado de Gestão Pública, Julio Semeghini, marcou presença no 55º Congresso Estadual de Municípios, na quarta, dia 13, para ministrar um painel sobre os trabalhos de sua secretaria no governo de Geraldo Alckmin, adotando como base a relação governo-cidadão.

Julio esclareceu quais os programas desenvolvidos pela Gestão Pública e mostrou que o Poupa Tempo teve um avanço significativo nos últimos anos. Atualmente, 28 unidades estão em funcionamento e quatro em implantação. "Muitos municípios menores reivindicam um posto de atendimento também. É um projeto que temos", contou o secretário.

Outra iniciativa de destaque e que vem crescendo nos últimos anos é o Acessa São Paulo, programa que oferece para a população do Estado o acesso às novas tecnologias da informação e comunicação (TIC's), em especial à internet, contribuindo para o desenvolvimento social, cultural, intelectual e econômico dos cidadãos paulistas.

Para atingir seus objetivos, o Programa Acessa São Paulo abre e mantém espaços públicos com computadores para acesso gratuito e livre à internet. "São 623 postos em funcionamento: 35 na capital e 597 no interior paulista", afirmou Julio.

Detran

Em março de 2011, o Detran – Departamento Estadual de Trânsito do Estado de São Paulo – foi transferido da Secretaria de Segurança Pública para a Secretaria de Gestão Pública com o objetivo de manter o mesmo padrão de atendimento oferecido aos cidadãos nos postos do Poupatempo.

O secretário Julio comentou sobre as mudanças previstas. "Até o mês de maio, todos os postos do Poupatempo farão o cadastramento da primeira habilitação.

Também será lançada a primeira etapa do novo portal do Detran, com informações sobre serviços e acompanhamento de processos".

Julio ainda destacou que será implanta-

do no Detran um teleatendimento 0800 para prestar informações gratuitas aos cidadãos a partir de julho.

Gestão Metropolitana

Antes do painel sobre Gestão Pública, o secretário de Estado do Desenvolvimento Metropolitano, Edson Aparecido, ministrou palestra sobre "Gestão Metropolitana", destacando os desafios das metrópoles e a necessidade de aproximação entre Governo e municípios. "É necessário atender à nova etapa de crescimento do país. A organização regional serve como instrumento de organização dos municípios para ter o poder de interferir em determinações do Governo".

Ainda com relação ao desenvolvimento das metrópoles, Edson reforçou que a Secretaria vai ouvir as regiões, "para que, assim, possam interferir no orçamento e modernizar a gestão do Estado". (A.F.)

Inclusão Social na era da tecnologia de comunicação é destaque no 55º Congresso

Ocorreu na sexta-feira, dia 15, o painel que abordou o tema “Tecnologia de Informação e Comunicação como Instrumento de Inclusão Social”, ministrado pela secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Linamara Rizzo Battistella.

Linamara afirmou que a nova fronteira para as pessoas portadoras de deficiência é o avanço tecnológico oriundo das constantes inovações do mundo moderno. “Essas ferramentas se tornam um grande impacto comportamental na vida dos portadores de deficiência física, auditiva, visual ou intelectual”.

Existem seis milhões de deficientes no Estado de São Paulo que exigem uma infraestrutura especializada. Há a necessidade de materializar o direito de liberdade e promover a inclusão dos portadores de necessidades especiais. “Um sonar que identifica o piso molhado é uma tecnologia de informação que irá facilitar a vida de um deficiente visual”, afirma a palestrante.

Outro destaque da evolução tecnológica mencionado foi o aparelho telefônico que permite realizar eletrocardiograma à distância. “Além de superar espaços e facilitar a mobilidade, contribui também com a diminuição de liberação de CO₂ no meio ambiente desprovido dos automóveis para a locomoção”.

A palestrante também citou os projetos para a mídia digital que visam inclusão social da diversidade humana. “Atualmente, os materiais digitais de educação não motivam o desenvolvimento do potencial. O acesso do conteúdo tem que reforçar o que é estudado na sala de aula”.

De acordo com ela, o conteúdo deve



alcançar a todos e respeitar os ritmos de aprendizagem isolados e combinadamente, com a melhor oferta de serviço para todos, distribuindo cursos online de acessibilidade simplificada e disponíveis para compreensão de qualquer indivíduo com deficiência.

Para finalizar, afirmou que, embora exis-

tam muitos desafios a serem superados, como a mobilidade urbana, o transporte público e o mobiliário urbano, os objetivos a serem alcançados são motivadores para que todos possam explorar com sustentabilidade o direito à comunicação, locomoção e informação. (C.E.S.)

Universalização de Saneamento deve ocorrer em dez anos no estado de São Paulo

Por Aline Fanelli

O secretário de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos, Edson Giriboni, e a presidente da Sabesp, Dilma Pena, estiveram presentes no 55º Congresso Estadual de Municípios, no dia 13 de abril, para discutir a universalização do saneamento no estado.

Giriboni mostrou aos congressistas os programas disponibilizados pelo Governo do Estado aos municípios e considerou o Congresso da Associação Paulista como uma "oportunidade de apresentar a todos as ações da Secretaria".

Em sua opinião, São Paulo está no caminho correto para a universalização. "O estado está próximo de atingir 100% de abastecimento de água à população e temos mais de 85% da população com tratamento de esgoto. São muitos avanços".

O secretário classificou como alguns dos desafios do saneamento em São Paulo a universalização dos serviços de água e esgoto, a melhora na prestação de serviços, controle de inundações, obras de drenagem e canalizações, entre outros. Como foco da palestra, foram destacadas as ações necessárias para a universalização: aumento da eficiência dos prestadores de serviços; garantia permanente de recursos financeiros; redução de impostos no setor; e participação privada. "Metade do esgoto tratado no Brasil encontra-se

em São Paulo. De 2000 a 2008, 60% do incremento de tratamento de esgoto no país ocorreu devido às ações do estado paulista", garantiu.

Edson finalizou afirmando que a Secretaria de Estado pretende ajudar os municípios com o Plano Municipal de Saneamento. "É o principal instrumento da política de saneamento que deve definir objetivos, metas e investimentos necessários à universalização dos recursos".

Após as palavras do secretário, a presidente da Sabesp explicou o papel da empresa rumo à universalização, demonstrando os desafios.

De acordo com a presidente, no ritmo atual a universalização dos serviços de água e esgoto ocorrerá somente no ano de 2060, considerando o investimento realizado nos últimos anos. "Se considerarmos o conjunto de investimentos realizados pela Sabesp ou pelo programa Água Limpa, não em cinquenta anos, mas em oito ou dez de trabalho, o estado de São Paulo conseguirá universalizar os serviços", afirmou.

Para isso, é necessário um investimento de 255 bilhões de reais. "O saneamento ajuda a diminuir a mortalidade infantil. Segundo o governador Geraldo Alckmin, vá-

rias doenças que a cura ou a extinção dependem do saneamento, recorrem de água não tratada", relatou Dilma.

Como ação para atingir os objetivos, a Sabesp pretende acelerar e manter o nível de crescimento para que, até o final desta década, a empresa seja reconhecida como a que universalizou o saneamento em todos os municípios que trabalha.



Conquistas

- Alckmin divulgou a transferência para os municípios dos direitos sobre os imóveis onde estão instaladas as escolas em processo de municipalização, anunciando a doação de 1.675 prédios aos municípios paulistas;
- Assinou e autorizou o aumento do repasse da merenda escolar em 14% (R\$ 111 milhões) para os municípios paulistas;
- Anunciou a liberação de recursos dos convênios assinados em 2010. E garantiu novos convênios para 2011;

Além de atender os itens da Pauta de Reivindicações também anunciou novos programas para os municípios:

- Ampliação do benefício do Programa Ação Jovem (Secretaria de Assistência Social), de 76 mil para 205 mil jovens em 642 municípios, com investimento de R\$ 89 milhões;
- Ampliação do benefício da Renda Cidadã, de 135 mil para 187 mil famílias em 644 municípios, com investimento de R\$ 150 milhões;
- Abertura de quatro linhas de créditos para financiamentos; além do subfinanciamento na saúde, todos através da Nossa Caixa Desenvolvimento, mantendo os de máquina, caminhão, trator e equipamentos;
- E investimentos em obras no Rodoanel e na Hidrovia Tietê-Paraná.



55º Congresso Estadual de Municípios



Congresso Estadual de Municípios, um Congresso de resultados

Governador do Estado atende reivindicações da APM e anuncia diversas conquistas aos municípios paulistas

Durante visita ao 55º Congresso Estadual de Municípios, no final da tarde de quinta-feira (14), o Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, ouviu atentamente as reivindicações dos municípios paulistas, apresentadas pelo presidente da APM Marcos Monti e, diante de um auditório lotado, atendeu de imediato a maioria dos pedidos, inclusive assinando

publicamente alguns documentos e projetos de lei.

Alckmin esteve acompanhado de sua esposa Lu Alckmin, presidente do Fundo Social de Solidariedade. Ambos participaram da programação, no auditório principal do Congresso, ao lado de inúmeros secretários de estado (Casa Civil, Habitação, Esportes, Desenvolvimento Social, Meio

Ambiente, Justiça e Turismo) e demais autoridades.

O presidente da APM, Marcos Monti, listou todas as reivindicações da pauta, que foi elaborada pela APM em parceria com 22 entidades regionais.

Em primeira mão, Alckmin divulgou a transferência para os municípios dos direitos sobre os imóveis onde estão ►

55º Congresso Estadual de Municípios

instaladas as escolas em processo de municipalização. "AAPM é forte. Ela pediu e de imediato foi atendida. Estamos anunciando aqui a doação de 1.675 prédios aos municípios paulistas", ressaltou o governador.

Alckmin também assinou e autorizou o aumento do repasse da merenda escolar em 14% (R\$ 111 milhões) para os municípios paulistas. "A inflação foi em torno de 6% nos últimos meses e estamos reajustando 14% do per capita da merenda escolar. O valor ainda é baixo, mas é mais que o dobro da inflação".

Diante de um público expressivo, o governador anunciou, ainda, uma conquista para o programa Ação Jovem (Secretaria de Assistência Social), com a ampliação do benefício de 76 mil para 205 mil jovens em 642 municípios, com investimento de R\$ 89 milhões. Para o Renda Cidadã, divulgou a ampliação do benefício de 135 mil para 187 mil famílias em 644 municípios, com investimento de R\$ 150 milhões.

Outra reivindicação atendida foi a liberação de recursos dos convênios assinados em 2010 e a garantia de novos convênios para 2011.

Alckmin aproveitou para falar das novas

linhas de crédito que estão sendo abertas, sobre financiamentos na área de saúde e sobre os investimentos em obras no Rodovia Tietê-Paraná. "Vamos atender os municípios e dar um bom reforço nesta parceria com a APM. Recebemos muitos pedidos. Tudo que pudermos fazer

para descentralizar, a população brasileira sairá ganhando e terá mais resultados".

Na oportunidade, parabenizou o Congresso, afirmando que participa com grande alegria, pois é um compromisso que sempre faz e fica aguardando a data do

evento. "A primeira vez que participei do Congresso foi em 1973. O Congresso da APM é o mais importante, é o governo que está mais perto do povo. Quanto mais força tiver, mais força terá a população e mais será feito em benefício da nossa população. As cidades exercem um papel cada vez mais importante na qualidade de vida das pessoas".

O presidente da APM informou à imprensa presente ao Congresso que, para chegar ao conteúdo das reivindicações, ouviu o clamor dos agentes públicos. "Por isso, torna-se um pedido da população, para o qual a sensibilidade de municipalista do governador falou mais alto". (D.B.)

Na solenidade, Alckmin afirmou que a APM é muito forte, pois foi atendida de imediato

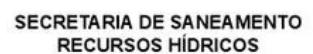
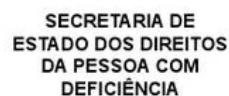


55º Congresso Estadual de Municípios

APOIO



APOIO INSTITUCIONAL



55º Congresso Estadual de Municípios

PATROCÍNIO



BANCO DO BRASIL

www.bb.com.br



BRADESCO

www.bradesco.com.br



CAIXA

www.caixa.gov.br



Petrobras não participou com estande físico

PETROBRAS

www.petrobras.com.br

GALERIA DE FOTOS 55º CEM













Diário Oficial na internet. Economia para o município que publica, transparência para o cidadão que navega.

Recém-lançado pela APM, o **Diário Oficial dos Municípios do Estado de São Paulo** trará enorme economia para os municípios que poderão usufruir dos benefícios das publicações em meio eletrônico.

Além de ecologicamente correto, o **Diário** atende todas as exigências legais para a publicação dos atos oficiais. Os municípios paulistas poderão publicar eletronicamente seus avisos de licitações, extrato de contratos, termos de adjudicação e homologação, leis, decretos, portarias, relatórios de gestão fiscal, atas, dentre outros.

Municípios de outros estados que aderiram tiveram uma economia média de 80%.

O **Diário Oficial** será publicado diariamente na Internet, com acesso pelo site da APM. A qualquer instante, os gestores, técnicos, fornecedores ou qualquer cidadão interessado poderão imprimir quantas cópias julgarem necessárias, da edição atual ou das passadas.

Para utilizar o **Diário Oficial**, o município filiado à APM deve primeiramente solicitar a sua adesão pelo telefone (11) 2165-9999. Em seguida, será orientado sobre como aprovar o Projeto de Lei adotando o **Diário** como veículo oficial do Município. A APM então treinará os técnicos e gestores do Município para utilização do sistema. Faça hoje mesmo a sua adesão.

Rua Major Sertório, 128 - 9º andar – São Paulo/SP – CEP 01222-000
Fone/fax: (11) 2165-9999 – www.apaulista.org.br – diariooficial@apaulista.org.br

www.diariomunicipal.com.br/apm



Atuação do IPT na preservação do patrimônio arquitetônico do Estado: caso do edifício Dom Helder Câmara, de Ribeirão Pires

Por: Mirian Cruxê Barros de Oliveira e Gilberto De Ranieri Cavani, Pesquisadores do IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo*

Em 2001, para atender a um edital do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, que visava a formação de grupos de pesquisa voltados a estudos relativos ao patrimônio histórico brasileiro, o IPT formou a Rede de Apoio Tecnológico para Restauração e Conservação de Patrimônio Histórico-Cultural – RETECOP. Desde então os profissionais do instituto tem procurado atuar em conjunto para auxiliar o poder público e também empresas privadas a conservarem, manterem e revitalizarem seu patrimônio cultural e arquitetônico. A formação e consolidação da RETECOP, de caráter permanente, tem possibilitado o estabelecimento de parcerias órgãos públicos de tombamento e de salvaguarda, assim como com instituições, públicas ou privadas, detentoras de obras a serem conservadas ou interessadas em patrocinar seu restauro. O objetivo da RETECOP é dar o suporte técnico e laboratorial para projetos de restauração e programas de preservação.

Em julho de 2009 a Prefeitura do Município de Ribeirão Pires procurou o IPT para uma avaliação do estado de conservação do edifício Dom Helder Câmara, onde havia funcionado uma antiga fábrica de sal. Este edifício compõe (juntamente com outras edificações) o Centro Educacional Ibrahim Alves de Lima. O atendimento dessa solicitação foi realizado no âmbito do PATEM – Programa de Apoio Tecnológico aos Municípios do Estado de São Paulo – da Secretaria de Desenvolvimento do Governo do Estado de São Paulo.

O objetivo principal do trabalho executado pelo IPT foi avaliar o estado em que se encontrava o Edifício Dom Helder Câmara e apresentar recomendações para a recuperação e preservação do edifício.

Os trabalhos do IPT foram conduzidos por equipe multidisciplinar e focaram os seguintes aspectos: análise dos elementos metálicos quanto à corrosão; análise estrutural dos elementos da edificação; avaliação do grau da degradação das alvenarias, dos elementos de concreto armado e dos revestimentos de argamassa. Para verificação do grau de degradação dos elementos metálicos e de materiais que compõem a alvenaria foram coletadas amostras e executados ensaios químicos e de caracterização.

O edifício foi concluído por volta de 1897, com finalidade não identificada. Entre 1937 e 1939 funcionou no local a fábrica de adubos

Miguel Adri, que fechou devido ao mau cheiro que provocava. Depois passou a funcionar nele um moinho.

A cada mudança de negócio, suas instalações eram ampliadas e adaptadas às novas

necessidades. O prédio original foi o mais descaracterizado, mas o que melhor resistiu às investidas do tempo e mais apresentou condições para ser preservado. Em 1946, o antigo moinho passou a ser propriedade da “Indústria e Comércio C. Cotelessa”, com o objetivo de atuar prioritariamente na moagem e refino do sal. Na década de 1980, a firma começou a decair e entrou em concordata nos anos que se seguiram. Suas instalações ficaram, então, abandonadas.

A Prefeitura Municipal Estância Turística de Ribeirão Pires iniciou o processo de desapropriação do imóvel em 2001. Dois anos depois, a área passou a receber os preparativos para abrigar um centro educacional. A última ocupação do local - o refino do sal - contribuiu muito para sua deterioração. O madeiramento estava comprometido e as armaduras das estruturas de concreto corroidas. O núcleo inicial, que abrigava o anti-



Foto 1: Vista geral do edifício. Em primeiro plano a área voltada para Nordeste.



Foto 2: Vista do interior do edifício.

go moinho, era todo feito de tijolos comuns e situava-se no centro do terreno. Durante a execução da reforma do prédio para abrigar as atividades do centro cultural procurou-se resgatar e manter muitas das características originais. Alguns trechos da alvenaria foram refeitos com os próprios tijolos encontrados no local. Parte das paredes externas, que ainda estavam em boas condições estruturais, foi incorporada ao projeto. Coberturas e estruturas internas foram reformuladas e substituídas por estruturas metálicas, fechamento em painéis leves, pisos elevados, etc. Referência urbana das antigas funções da fábrica de sal, a chaminé de alvenaria recebeu atenção especial durante a realização da obra. Para garantir sua estabilidade foram executadas cintas de aço ao longo da mesma. O coroamento da chaminé foi reconstruído conforme as instruções de especialista.

A maior parte das paredes da edificação é constituída por alvenaria de tijolos comuns aparentes, tanto interna como externamente (Foto 1). A parede da empêna da área voltada para Noroeste foi executada com tijolos novos, assim como a parede da empêna “isolada” e a parede extrema dos vestiários e sanitários do pavimento térreo situadas defronte a chaminé. O fechamento lateral da sala 1 é constituído por chapas

primeiro pavimento das áreas antigas, bem como a do segundo pavimento da Área C são de perfis metálicos. As esquadrias são constituídas por perfis de aço carbono.

O sistema de captação de águas pluviais é constituído por calhas de chapa galvanizada e condutores aparentes de PVC.

Algumas paredes, tanto internas como externas, são revestidas com argamassa e pintura látex.

Os danos observados na superfície dos tijolos e nos revestimentos de argamassa são típicos da ação conjunta de sais presentes nesses elementos e da água (Foto 3). Os danos ocorrem pela movimentação dos sais do interior dos componentes para sua superfície pela ação da água. Para que os danos cessem é necessário que pelo menos um desses fatores (sal ou água) seja eliminado.

A questão da eliminação dos

metálicas onduladas. As coberturas são em estrutura metálica (perfis de chapa dobrada) com telhas metálicas tipo “sanduíche” com isolante térmico. Em uma das áreas o telhado possui lanterna (Foto 2).

As estruturas de sustentação do teto são constituídas por perfis de aço carbono.

sais é bastante difícil e de alto custo, sendo economicamente viável e aplicável somente em paredes e murais que apresentem um elevado valor histórico e cultural, como as pinturas em afresco.

Em termos práticos, pode-se focar a solução ou pelo menos a minimização dos problemas, atuando-se no fator passível de ser eliminado, que é a água.

Visando à preservação do edifício foi proposta a elaboração de um projeto de recuperação, que em linhas gerais deve abranger os seguintes aspectos: eliminação do contato da água na forma líquida com as paredes do edifício; proteção das estruturas metálicas e “bloqueio” da ação dos sais sobre elas; avaliação das soluções consideradas factíveis em aplicações piloto antes de sua implementação em todo o edifício; bem como a definição do escopo e periodicidade de inspeções a serem realizadas, considerando a importância e vulnerabilidade de cada elemento do edifício à ação deletéria dos sais. Nessa linha também foi enfatizada a necessidade de definição de procedimentos de limpeza para remoção de eventual material pulverulado.

Embora não seja possível controlar a variação da umidade relativa do ar e sendo ela um fator desencadeador da formação de criptoeflorescências, foi previsto que os danos que porventura venham a ocorrer sejam de pequena magnitude e ►

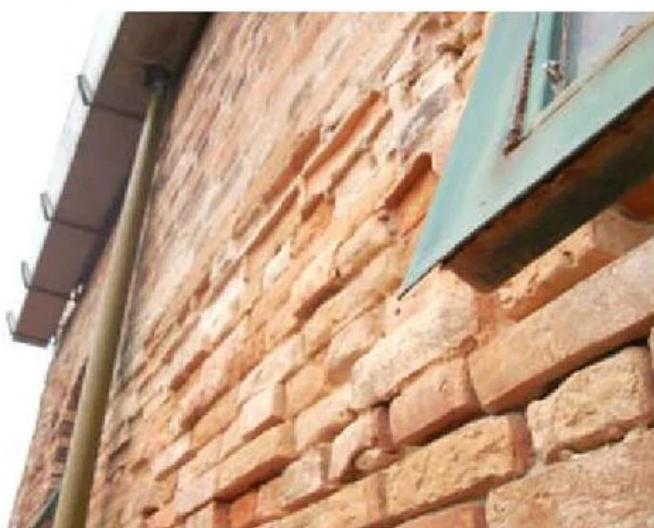


Foto 3: Detalhe de parte da fachada onde se observa a degradação dos tijolos e a corrosão dos caixilhos de ferro.

contornáveis, desde que sejam mantidas atividades rotineiras de limpeza e manutenção.

Como soluções pontuais a serem estudadas e detalhadas no projeto de recuperação visando sua eventual adoção, citam-se as seguintes: Recuperação do sistema de captação de águas pluviais (URGENTE); rebaixamento do nível do terreno no entorno do edifício; melhoria da drenagem do

entorno do edifício e execução de calçadas junto às paredes, revisão do comprimento das águas do telhado e do lanternim da Área B. Além dessas medidas mais gerais foram recomendadas substituições dos materiais danificados (alvenaria, argamassas de revestimentos), bem como dos elementos e esquadrias metálicas por materiais não metálicos. Recomendou-se também a aplicação de tratamentos nas superfícies

expostas dos materiais.

Dada a especificidade do problema existente foi ressaltado que todos os aspectos citados deveriam ser estudados, detalhados e avaliados em soluções-piloto antes de serem implementados em todo edifício, e também em relação à necessidade de monitoramento periódico das soluções implementadas para avaliar a eficácia das mesmas.■

*Pesquisadores: Alessandra Castro, Cristina M. da Silva, Daniel Aleixo, Eduardo Horta, Fabiano Chotoli, Leandro Augusto, Roberto Nakaguma, Sidney Pagotto Júnior, Thais Battestin, Valdecir Quarcioni.

Técnicos: Eli Toledo, Flávia Ferreira, Flávio Vianna, José F. de Paulo, Jilson Cardoso, Luciana Valentim, Marcello Garcia, Márcio Almeida, Rafael Camargo, Ronecir da Cruz.



MADTRAT *Madeiras Tratadas*

A **MADTRAT Madeiras Tratadas** é uma empresa com mais de 11 anos no mercado, trabalhando com madeira de reflorestamento e atuando no segmento de preservação de madeiras.

PRAÇA DE EXERCÍCIO DO IDOSO



Foi uma das empresas pioneiras na implantação do projeto da **Praça de Exercício do Idoso**, atendendo a mais de 100 municípios em todo o Estado de São Paulo.



ABPM
Associação Brasileira de Preservação de Madeira

EMBRADEMA
Emissora de Materiais para a Preservação da Madeira



Pontes Rurais



Playground



Passeio

Contate-nos e agende uma Visita

Av. Américo Roder, 1565, Distrito Industrial - Santa Cruz do Rio Pardo/SP - Cx. Postal 107 - CEP 18900-000
Fone (14) 3372-6080 - contato@madrat.com.br - www.madrat.com.br

FORMAR E INFORMAR – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

por Silvana de Rose*

A Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo-ECP foi instituída em 22.12.2004, na presidência do Conselheiro Dr. Renato Martins Costa, por meio da Resolução nº 11/2004, como resultado da reorganização de sua Coordenadoria de Capacitação e Aperfeiçoamento.

Em 2006, na presidência do Conselheiro Dr. Robson Marinho, a ECP ganhou um espaço próprio, em parte do subsolo do Edifício Anexo I à Sede do TCE, possibilitando sua efetiva implantação, com destaque às seguintes atribuições:

1. Promover cursos de capacitação e aperfeiçoamento aos servidores e gestores públicos;
2. Ministrar cursos de formação, aperfeiçoamento profissional e treinamento técnico para os servidores do Tribunal;
3. Realizar conferências, seminários, palestras e outros eventos assemelhados;
4. Desenvolver atividades de pesquisa, estudos e cursos de extensão;
5. Promover cursos de especialização em nível de pós-graduação lato sensu;
6. Prestar auxílio ao Conselheiro responsável pela realização dos concursos públicos de provas ou de provas e títulos, para ingresso no quadro de servidores do Tribunal de Contas, oferecendo-lhe apoio técnico específico e logístico.

Nos últimos tempos o Tribunal de Contas vem sendo gerido de forma estratégica, revisou sua missão “Fiscalizar e orientar para o bom e transparente uso dos recursos públicos em benefício da sociedade” e está formalizando um plano estratégico elaborado com metas para o período 2011-2015 na expectativa de atingir o que estabeleceu como sua Visão de Futuro para 2015 “Fiscalizar, orientar e divulgar, em tempo real, o uso dos recursos públicos, priorizando a auditoria de resultados e a aferição da satisfação social, consolidando uma imagem positiva perante a sociedade.” Estes objetivos traduzem a importância da Escola de Contas, que participa do processo de gestão estratégica com a incumbência de “Formar e Informar o PÚBLICO ALVO”, que são os agentes públicos, gestores e servidores do Estado e dos Municípios paulistas, além dos cidadãos.

Em suas instalações, nos auditórios do TCE ou mediante parcerias é cada vez maior a quantidade de eventos que visam impulsionar a missão pedagógica que o próprio Tribunal se impôs, ao reconhecer os desafios que se apresentam àqueles que buscam efetividade e transparência na lida com a administração de recursos públicos.

Os servidores do TCE são os principais multiplicadores de conhecimento transmitidos nos eventos promovidos pela Escola de Contas, e não seria demais dizer

que pela competência para o exercício do controle externo eles possuem os predicados essenciais para auxiliar as Administrações no campo da prevenção, orientando sobre as melhores práticas, fazendo recomendações de melhorias e apresentando suas interpretações técnicas ao enfrentar os pontos polêmicos do imensurável conjunto de leis e normas em vigor no país.

Como declarou o Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues, quando presidiu o TCE, em 2009, “A atividade pedagógica é do próprio Tribunal. O ideal é que a educação venha antes do julgamento. Prevenir antes de julgar. É uma questão até de honestidade.” (fonte: Gestor, a revista do administrador público, edição 4, ano 1, novembro/2009, p.28.).

A Escola de Contas também possui uma biblioteca, instalada no 14º andar do Edifício Sede do TCE, com acervo especializado para as áreas de Direito, Contabilidade, Administração, Economia, Informática e outros e conta com um terminal de consulta, onde o usuário pode fazer eletronicamente sua pesquisa.

Com modesto organograma, servidores do TCE e estagiários do CIEE planejam, organizam, administram e supervisionam os cursos, seminários, treinamentos e reuniões técnicas, a biblioteca e outras atividades direcionadas aos servidores do próprio TCE. Conheça um pouco mais esta Unidade do TCE-SP e os serviços que ela oferece acessando o site: <http://www.tce.sp.gov.br/ecp> e veja o calendário de atividades até aqui programado para o segundo semestre de 2011. ►

CALENDÁRIO – ECP – 2011

	Período	Inscrições	Local
JULHO			
Pregão à Luz da Jurisprudência do TCESP (externo)	01	13/06 a 17/06	UR-6 – Ribeirão Preto
AGOSTO			
Pós-Graduação (interno)	01, 03, 08, 10, 15, 17, 22, 24, 29 e 31		ECP
9ª Semana Jurídica do TCESP (interno e externo)	08 a 11	18/07 a 29/07	Auditório Nobre TCE
Pregão à Luz da Jurisprudência do TCESP (externo)	26	08/08 a 12/08	UR-1 – Araçatuba
Técnicas de redação: um enfoque lingüístico textual (interno-3ª turma)	26	12/08 a 19/08	ECP
SETEMBRO			
Desincompatibilização e acúmulo de cargos em época eleitoral (interno)	01	29/08 a 02/09	ECP
Editais de Licitação (externo)	02	15/08 a 19/08	ECP
Pós-Graduação (interno)	05, 12, 14, 19, 21, 26 e 28		ECP
Pregão à Luz da Jurisprudência do TCESP (externo)	16	29/08 a 02/09	ECP
Fórum da Saúde (externo/interno)	19 a 21	05/09 a 09/09	ECP
Previdência Privada	22	05/09 a 09/09	ECP
OUTUBRO			
Pós-Graduação (interno)	03, 05, 08*, 10, 17, 19, 22*, 24 e 26		ECP (*08 e 22: orientação TCC)
Editais de Licitação à Luz da Jurisprudência do TCESP (externo)	06	19/09 a 23/09	Praia Grande
Pregão à Luz da Jurisprudência do TCESP (externo)	07	19/09 a 23/09	Praia Grande
Técnicas de Redação: um enfoque lingüístico textual (interno-4ª turma)	14	26/09 a 30/09	ECP
Pregão à Luz da Jurisprudência do TCESP (externo)	21	03/10 a 07/10	UR-4 – Marília
NOVEMBRO			
Pós-Graduação (interno)	07 e 09		ECP
Editais de Licitação à Luz da Jurisprudência do TCESP (externo)	25	07/11 a 11/11	UR-2

Silvana de Rose, administradora e advogada, Diretora Técnica, coordenando as atividades da Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo



Região do Pontal do Paranapanema é representada pela UNIPONTAL

Por: José Ademir Infante Gutierrez Filho

A União dos Municípios do Pontal do Paranapanema – UNIPONTAL, é formada por 33 municípios paulistas, sendo eles: Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabú, Caiuá, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha, Iepê, Indiana, João Ramalho, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Nantes, Narandiba, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba, Tarabai e Teodoro Sampaio.

Presidido pelo prefeito de Teodoro Sampaio e 2º tesoureiro da APM, José Ademir Infante Gutierrez, o órgão municipalista objetiva a defesa dos interesses dos municípios do Pontal do Paranapanema junto aos governos estadual e federal.

Também compõe a diretoria da UNIPONTAL, os prefeitos de Presidente Venceslau, Ernane Custódio Erbela, e Martinópolis, Waldemir Caetano de Souza, ocupando os cargos de 1º e 2º vice-presidentes, respectivamente. A secretaria da entidade encontra-se sob a responsabilidade do presidente da Câmara de Marabá Paulista, Erick Régis Rocha e da presidente da Câmara de Emilianópolis, Ércia Marche Golla. Os prefeitos de Anhumas e Sandovalina, respectivamente, Adailton César Menossi e Marcos Roberto Sanfelici, integram a diretoria nos cargos de 1º e 2º tesoureiro.

Com sede em Presidente Prudente, a

UNIPONTAL trabalha atualmente na elevação do nível socioeconômico do Pontal do Paranapanema. A entidade também se mobiliza no sentido da regularização fundiária da região, da reativação dos modais hidroviários e ferroviários e da recuperação da malha viária regional.

Questões de abrangência nacional também integram a pauta do órgão, que, unido à Associação Paulista de Municípios, atua pela aprovação da Emenda 29 e de outras causas que beneficiem



todos os municípios brasileiros.

Mais informações sobre o trabalho desenvolvido pela UNIPONTAL podem ser obtidas no website da entidade: www.unipontal.com.br.



55º Congresso Estadual de Municípios



Abertura da Programação Especial abrange temas de qualidade de vida, sustentabilidade e tráfico de pessoas

A Programação Especial do 55º Congresso Estadual de Municípios teve início na quarta-feira, dia 13, com a apresentação do Projeto Social de São Vicente – “Chorões”. Onze crianças selecionaram a composição de Zequinha de Abreu – Tico-Tico no fubá – para presentear os participantes da sessão solene de abertura.

A primeira palestra foi ministrada pela presidente da Codivap Mulher, Rosemira Siqueira, que explanou a atuação da Codivap na participação de representantes de 44 cidades paulistas que se reúnem com a finalidade de promover projetos de fundo social.

A presidente do Fundo Social de Serra Negra, Zaira Antunes Franchi, e a assistente social Patrícia Peterlini falaram sobre o Projeto Casa Dia, espaço que recebe idosos para permanecerem durante o dia. “É um projeto não asilar em que os idosos têm acesso durante o dia, porém retornam para os lares à noite, para não perderem o convívio familiar”, explica Zaira.

Em seguida, com o tema “Amor é o Cami-

nho” a palestrante Dra. Maria Julia Paes da Silva trouxe assuntos de existentialismo, comportamentos, gestão pessoas e definições de diagnósticos. Com mensagens positivistas, conquistou a atenção dos participantes. “Um simples café na recepção de um consultório faz toda a diferença”.

A abordagem polêmica ficou a cargo da palestra sobre Tráfico de Pessoas, ministrada por Claudia Patrícia Lima, do Comitê Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, e pela presidente do Comitê Regional de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas da Baixada Santista, Gláucia Marinho.

Elas mostraram como evitar o tráfico de pessoas, seja para venda de órgãos, exploração sexual, contrabando ou migração ilegal para outros países. “Os movimentos migratórios sempre existiram. Porém, com a globalização, os blocos econômicos se tornaram objeto de desejo para o combate da pobreza em países subdesenvolvidos”, conclui Claudia. (C.E.S.)





Segundo dia da Programação Especial Iota Auditório II

O segundo dia da Programação Especial, no 55º Congresso Estadual de Municípios, repetiu o sucesso da abertura, permanecendo com auditório lotado.

A Programação é coordenada pela Dra Andrea Monti, com apoio da ex-vereadora de São João da Boa Vista, Maria Teresinha de Jesus Pedrosa; da relações públicas da APM, Dalva Christofeletti e da primeira dama de São Vicente, Márcia Papa Garcia.

Os trabalhos de quinta-feira foram abertos com a apresentação dos alunos do Projeto Social de São Vicente, que tocaram a música Trenzinho Caipira.

Em seguida, foram relatadas as experiências municipais, com as presidentas dos Fundos Sociais de Atibaia e de Bertioga, Rita Denig e Maria Cecília Orlandini, respectivamente. Também participaram deste debate a assistente social de Bertioga, Valéria Prestes e a coordenadora do Centro de Terapias Naturais e Complementares do Fundo Social de Guarulhos, Andreia Valente Tarsitano.

Outro tema de destaque foi "Política de

Atendimento aos Usuários de Álcool e outras Drogas", abordado pelo promotor de justiça da Vara da Infância e Juventude de Praia Grande, doutor Carlos Cabral Cabral. Dr Cabral abordou vários aspectos que devem fazer parte de um projeto de auxílio aos usuários de álcool e outras drogas que ressaltam a necessidade de acompanhamento.

Dentre os programas e unidades apresentadas, deixou algumas sugestões para os municípios paulistas. "Reformulação e implantação do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e criação de um departamento sobre drogas diretamente ligado ao gabinete do prefeito, com poderes supra-secretariais, possibilitando, assim, a promoção de ações entre as diversas secretarias e órgãos públicos municipais".

Conforme destacou, o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) oferece acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, exercendo os direitos civis e fortalecendo os laços comunitários. "O programa ajuda já que em



hospitais há uma grande dificuldade de os usuários conseguirem internações. Tem de haver alternativas psicossociais já no hospital", disse Cabral.

Para finalizar, afirmou que a terapia comunitária é de suma importância. "São encontros interpessoais e intercomunitários, objetivando a valorização das histórias dos participantes, o resgate da identidade, a restauração da auto-estima e da confiança em si, a ampliação da percepção dos problemas e possibilidades de resolução". (A.F.)

Programação Especial, sucesso de público e importantes debates

O último dia da Programação Especial contou com a participação da psicóloga com especialização em linguagem não-verbal e abordagem sistêmica familiar, Luiza Francisca Almeida Barros Albuquerque.

Com o tema “A importância da estrutura familiar na organização familiar”, Luiza mostrou aos congressistas a necessidade de se ter uma estrutura familiar sólida e em harmonia para a formação do ser humano. “É preciso ter amor próprio e conhecer a si mesmo para entender o tipo de ser humano que se é. A saúde mental do indivíduo está diretamente ligada à influência da família no dia-a-dia”.

De maneira descontraída, utilizou exemplos do dia-a-dia e recursos audiovisuais para passar suas ideias ao público. Em seguida, a coordenadora da Programação Especial, Andrea Siqueira Campos Monti, comandou um painel sobre os reflexos da Programação Especial. Andréa relembrou alguns dos temas discutidos desde a criação desta programação voltada às primeiras damas e presidentes dos fundos sociais de solidariedade.

Com a música We are the world e um emocionante clipe com mensagens positivas, a Programação Especial do 55º Congresso Estadual de Municípios foi encerrada, sob calorosos aplausos do público presente, que mais uma vez lotou o Auditório II. Também participaram da solenidade de encerramento o presidente da APM, Marcos Monti; o secretário de Turismo de São Vicente, Brito Coelho e o presidente da Câmara de São João da Boa Vista, Francisco Arten.

Balanço

A Programação Especial teve auditório lotado todos os dias e intensa participação das congressistas. Mais de 80 primeiras damas e presidentes dos fundos sociais de diversos municípios do Estado estiveram presentes, debatendo os temas propostos.

A coordenadora Andrea Monti ressaltou os ganhos adquiridos ao realizar encontros entre os municípios para troca de experiências. “Fico muito contente em saber que as mulheres estão em igualdade na sociedade. Através dos projetos podemos melhorar a qualidade de vida das pessoas e colaborar na construção de uma sociedade sustentável”.

A primeira dama de São Vicente, Márcia Papa Garcia, presidente do Fundo Social de Solidariedade, também acredita que o Congresso enriqueceu os conhecimentos das participantes com uma rica troca de experiências.

Márcia ressalta a grande quantidade de pessoas que prestigiaram a Programação Especial, com discussão de diversos assuntos relevantes, como a valorização da mulher e projetos que deram certo em São Vicente e em outros municípios. “Ficamos muito felizes em receber esse

grandioso encontro. A primeira cidade do Brasil mostra que está preparada para eventos como esse, que

movimenta a rede gastronômica e hoteleira e nos enche de conhecimento para, com seriedade e criatividade, proporcionar uma melhor qualidade de vida aos cidadãos”.



55º Congresso Estadual de Municípios

Carta de São Vicente

No berço do municipalismo brasileiro, na antiga "Vila de São Vicente", onde tudo começou, em 1532, realizou-se o 55º Congresso Estadual de Municípios, promovido pela APM -Associação Paulista de Municípios-, com o apoio inestimável da Prefeitura e da Câmara do Município de São Vicente, sob o tema UNIDADE PARA VENCER DIFICULDADES, estiveram reunidos, no período de 12 a 15 de abril de 2011, no Centro de Convenções Costa da Mata Atlântica, Prefeitos, Vice Prefeitos, Vereadores, ex-detentores de mandatos municipais, além de técnicos municipalistas que aprovaram, na Sessão Solene de Encerramento, comandada por MARCOS MONTI, Presidente da APM, esta CARTA DE SÃO VICENTE, que engloba todos os debates, discussões, síntese dos painéis temáticos, inclusive da programação especial, bem como a quase uma centena de propostas aprovadas nas sessões plenárias.

UNIDADE PARA VENCER DIFICULDADES foi o tema que norteou todas as atividades deste 55º Congresso. Tema que se traduz na PAUTA DAS REIVINDICAÇÕES fundamentais de todos os Municípios paulistas, aprovadas, por aclamação, na última Sessão plenária do evento.

Pauta que abriga reivindicações dirigidas ao Governo do Estado de São Paulo, ao Governo Federal e aos membros do Congresso Nacional. Reivindicações que, em relação àquelas dirigidas ao governo paulista, foram endossadas pelo Governador Geraldo Alckmin, no momento de sua presença no evento.

Entretanto, remanesce a aflição dos Municípios paulistas quanto às demais reivindicações, em especial a tormentosa questão da regulamentação da Emenda 29 – A EMENDA DA SAÚDE, sempre presente nas Cartas dos dez últimos congressos realizados pela APM. A saúde é, inquestionavelmente, a preocupação maior das autoridades municipais. Os Municípios, que estão na base do sistema, são aqueles que prestam o primeiro atendimento. Os Municípios são aqueles que, por força de recorrentes decisões judiciais, provocadas pelos dignos representantes do Ministério Público, são instados a fornecer medicamentos e tratamentos de alto custo, sob pena de desobediência e multa.

As ações e serviços de saúde prestados pelos Municípios não recebem, nem do Governo Estadual e muito menos da União, a contra partida de recursos para equilibrar as significativas despesas que são obrigadas a realizar, em respeito a princípio da universalidade consagrado na Constituição Federal. Despesas que ultrapassam, largamente, o mínimo constitucional de 15%, chegando a patamares superiores a 30% em ponderável parcela dos Municípios paulistas.

A desburocratização dos convênios, especialmente aqueles formalizados entre a Caixa Econômica Federal e os Municípios, é medida de vital importância para facilitar o andamento dos empreendimentos neles objetivados.

A manutenção, pelo Governo Federal, dos valores empenhados para suportar os convênios dos exercícios de 2007, 2008 e 2009, é fundamental para a continuidade dos empreendimentos a eles vinculados.

Finalmente e para concluir, uma palavra de apoio às reformas tributária e política, não sem lembrar ao Congresso Nacional que os Municípios, por seus Agentes Políticos, os 5.564 Prefeitos, Vice Prefeitos e os mais de 60.000 Vereadores deste país são, indubbiamente, os principais atores destas reformas, porque representam os anseios, as preocupações, as angustias de suas bases, representam, melhor do que ninguém, o pensamento de quase 200 milhões de brasileiros.

Da mesma forma que o povo brasileiro único, no inesquecível movimento das "diretas já", ponto de partida do banimento da ditadura e redemocratização deste nosso Brasil, é preciso que, agora, os Municípios paulistas adotem a bandeira deste 55º Congresso Estadual de Municípios: UNIDADE PARA VENCER AS DIFICULDADES.

MARCOS MONTI
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS



Minha Casa Minha Vida

CAIXA

prefeitos e vereadores

Nosso compromisso: fiscalizar irregularidades

O CRECISP está reforçando o compromisso com a sociedade brasileira. A partir de agora fiscalizará plantões de venda, escritórios e imobiliárias no Estado de São Paulo para apurar suspeitas ou denúncias de irregularidades na operacionalização do programa Minha Casa Minha Vida.

Qualquer cidadão poderá fazer sua denúncia através do site www.crecisp.gov.br. O Conselho de imediato tomará as providências cabíveis para a apuração dos fatos e consequente punição dos envolvidos, no caso de procedência de denúncia.

Esta ação faz parte de um acordo de cooperação assinado entre a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Conselho Federal de Corretores de Imóveis (Cofeci). **CRECISP**.

Compromisso com todos os brasileiros.

www.crecisp.gov.br



CRECI - 2^a REGIÃO
Conselho Regional de Corretores de Imóveis

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E A COPA DE 2014



Por Isabela Giglio

As 12 cidades brasileiras que sediarão a Copa do Mundo de 2014 precisam urgentemente viabilizar as obras de infraestrutura relativas à adequação, modernização, gestão e manutenção de suas instalações esportivas, aeroportos, saneamento básico, hospitais e postos de saúde, entre outras.

Para tanto, as parcerias público-privadas surgem como um importante instrumento para a conjugação de esforços, recursos e competências da Administração Pública e da iniciativa privada, com vistas à realização das referidas finalidades públicas.

De fato, diante da escassez de recursos públicos, as Administrações Públicas Estaduais e Municipais não teriam condições de realizar os investimentos indispensáveis para a concretização de tais projetos.

Antigamente, para conseguir a verba necessária para a realização de grandes investimentos, a alternativa viável era a contratação de financiamento bancário, que acabava por endividar a Administração, alimentando o ciclo corrosivo da falta de recursos.

Com a criação da parceria público-privada e sua consequente regulamentação, é possível que o Estado se torne parceiro de uma empresa ou grupo de empresas privadas para a execução de obras e prestação

de serviços públicos, mediante a repartição, entre a Administração e o parceiro privado, dos riscos inerentes ao projeto.

Por isso, vem sendo crescente a utilização do instituto, que é altamente recomendável para atender às demandas advindas da Copa de 2014, relativas à realização de obras de grande vulto acompanhadas da prestação de serviços públicos de qualidade.

Com efeito, para se atender às exigências e recomendações da FIFA, a grande maioria das instalações esportivas deverá passar por diversas modificações, tais como obras para a melhoria dos acessos, ampliação dos sistemas de segurança, melhoria das condições de visibilidade dos gramados, modernização de vestiários, assentos, estacionamentos e áreas comuns de circulação, sendo indispensável a prestação dos respectivos serviços de gestão e manutenção dessas instalações.

Em Minas Gerais, por exemplo, a utilização das parcerias público-privadas se encontra em estágio avançado, tendo sido, criada, inclusive, uma atuante Unidade de Parcerias Público Privadas, com vistas à execução de atividades operacionais e de coordenação dessas parcerias.

O Estado de Minas Gerais já assinou,

no final do ano passado, o contrato de PPP para a modernização e gestão do Novo Mineirão.

Com isso, além de se buscar proporcionar um estádio apto a receber os jogos da Copa do Mundo de 2014, a Administração Pública Estadual terá condições de aumentar a eficiência dos serviços e produtos oferecidos durante os eventos.

Como se vê, também a fim de atender às demandas da Copa, as parcerias público-privadas constituem um interessante mecanismo a ser utilizado pelas Administrações Públicas Estaduais e Municipais, com vistas à melhoria da qualidade dos serviços públicos.



Isabela Giglio é advogada especialista em Direito Administrativo e em Direito Processual Civil pela PUC/SP, associada de Lacaz Martins, Halembek, Pereira Neto, Gurevich e Schoueri Advogados, membro do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM, autora do livro "Improbidade Administrativa – Dolo e Culpa" e co-autora do livro "Vinte Anos de Constituição" (isabelagiglio@hotmail.com).

Guararema e Paraguaçu Paulista são premiados pelo IRFS

Dois municípios de São Paulo - Guararema e Paraguaçu Paulista - ficaram entre os 10 primeiros colocados no ranking do Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão (IRFS).

O índice foi divulgado durante a XIV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, realizada em Brasília. A premiação deste ano priorizou os 10 municípios modelos.

Os prefeitos Márcio Luiz Alvino de Souza (Guararema) e Ediney Taveira Queiroz (Paraguaçu Paulista) receberam o prêmio das mãos do presidente da APM, Marcos Monti, e do presidente da CNM, Paulo Ziulkoski. Na ocasião, os gestores foram parabenizados pelo desempenho.

Nesta edição do IRFS, foram apresentados os comparativos dos resultados entre 2002 e 2009 para que os gestores possam ter uma idéia não só da sua situação atual no ranking do índice, mas também sua evolução, ou não, ao longo dos anos.

Os três primeiros colocados na lista geral foram os municípios gaúchos de Alecrim, Caseiros e São José do Hortêncio, respectivamente. Este último Município citado recebeu o primeiro lugar geral no Prêmio IRFS do ano passado.



Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão

As categorias analisadas no estudo são: fiscal, relacionada aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, considerando o nível de endividamento e gasto com pessoal; a qualidade de gestão, ligada à composição dos gastos públicos; e a social, referente ao desempenho nas áreas de Saúde e Educação.



MUNICÍPIOS PREMIADOS

Alecrim (RS)
Caseiros (RS)
São José do Hortêncio (RS)
Itatiba do Sul (RS)
Alpestre (RS)
Nova Resende (MG)
Olímpio Noronha (MG)
Guararema (SP)
Paraguaçu Paulista (SP)
Alto Santo (CE)

Fonte: CNM

Presidente da APM participa da XIV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios

A XIV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios terminou com saldo positivo. Foram três dias de atividades e a um público de mais de cinco mil pessoas. O presidente da APM, Marcos Monti, participou dos painéis e demais atividades, representando os municípios do Estado de São Paulo.

No último dia do evento, foi apresentada a Carta, que registra os principais pontos das reivindicações municipalistas em relação à Saúde e a derrubada dos vetos presidenciais nºs 23/2009 e 39/2010. Na Saúde, a solicitação dos prefeitos é antiga: eles pedem a votação imediata do PLP 306/2008 que regulamenta o financiamento do setor.

Com a derrubada dos vetos será viabilizado o encontro de contas entre os débitos e os créditos dos Municípios com a Receita Federal e com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a redistribuição dos Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás.

O ministro de Relações Institucionais, Luís Sergio, esteve presente no encerramento, ocasião em que recebeu um levantamento da CNM sobre a Reforma Política. O ministro reconheceu que o evento se consolida como centro da agenda política no Brasil e passa a ter importância fundamental.

Abertura

Na cerimônia oficial de abertura, que contou com a presença da presidente Dilma Rousseff, foram debatidos os principais assuntos que desafiam a administração municipal.

A presidente destacou que esta foi a primeira Marcha em que ela participava como maior autoridade do Poder Executivo no Brasil. Aos prefeitos, reafirmou o compromisso do crescimento sustentável dos Municípios, apoiado em três pilares principais: crescimento econômico, estabilidade



fiscal e controle da inflação. "Não seremos um país rico se tivermos prefeituras enfrentando dificuldades", disse Dilma.

Sobre o Pré-Sal, Dilma acredita que será possível construir uma proposta que conte e aprimore a distribuição dos Royalties. Ela também falou sobre o crescimento dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) – em 2011, o Ministério da Fazenda prevê um crescimento de 26% em relação ao ano passado.

Em relação à Emenda 29, ela disse que concorda com Ziulkoski que o assunto é importante. Mas, segundo a presidente, "é uma discussão complexa que envolve os três entes da federação. A União investiu R\$ 10 bilhões a mais em Saúde no último ano. Pretendo fazer mais", afirmou Dilma.

Sobre os restos a pagar, ela disse que R\$ 750 milhões serão liberados para garantir a continuidade de obras já iniciadas e com medição realizada. Nesta semana, ela adiantou que foram liberados R\$ 520



milhões e, no dia 6 de junho, os R\$ 230 milhões serão liberados. "Precisamos desburocratizar a tramitação dos projetos na Caixa", pontuou a presidente.

Dilma pediu à ministra do Planejamento, Miriam Belchior, que se reúna com os prefeitos durante a XIX Marcha para ouvir as principais reivindicações dos Municípios sobre o problema.

Dilma assinou uma Medida Provisória que garante repasses do governo federal, aos Municípios e ao Distrito Federal, para a manutenção de novos estabelecimentos públicos de Educação Infantil.

Sebrae lança 7ª edição do Prêmio Prefeito Empreendedor durante a Marcha

O diretor do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Bruno Quick, lançou a sétima edição do Prêmio Prefeito Empreendedor, no dia 11 de maio, durante a XIV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, em parceria com a CNM.

A solenidade de lançamento da sétima edição do Prêmio Prefeito Empreendedor no segundo dia de Marcha definiu as regras e critérios a serem seguidos pelos participantes. A premiação deverá

ser entregue na XV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, com data a ser definida em 2012.

No ano passado, o Sebrae divulgou o resultado da sexta edição. São Paulo conquistou três destaques temáticos na etapa nacional, entre mais de 700 projetos de todo País.

Os prefeitos de Itapetininga, Roberto Ramalho Tavares; de São Caetano do Sul, José Auricchio Júnior e de São José dos Campos, Eduardo Cury, tiveram suas



políticas públicas em favor dos pequenos negócios reconhecidas nacionalmente. O prefeito Emilio Bizon Neto, de São Sebastião da Gramá, conquistou o primeiro lugar na etapa estadual paulista.

APM promove 2ª edição do curso Siconv

Mais de 40 pessoas de diferentes municípios do estado de São Paulo estiveram presentes no curso "Sistema de Convênios do Governo Federal – Siconv", promovido pela APM nos dias 18 e 19 de maio. A abertura foi feita pelo secretário geral da APM, Aquevirque Nholla, que falou um pouco sobre o trabalho da entidade e desejou bom curso a todos.

O curso visa capacitar os gestores e técnicos das prefeituras do interior de São Paulo para que possam manusear o sistema na elaboração de projetos, bem como na prestação de contas.

A assessora de gabinete e encarregada da formalização de convênios da Prefeitura de Adamantina, Luciana Pereira Fernandes, ressaltou que os palestrantes deram várias dicas e "macetes",

facilitando o dia a dia de quem utiliza o sistema. "Eles deram o detalhe que faltava para nós que estamos acostumados a lidar com o sistema".

A escriturária de Secretaria de Trabalho e Renda de Piracicaba, Mariana Camargo, destacou que o curso foi muito produtivo. "Não conhecíamos o sistema e com certeza vamos precisar. Foi bom porque passamos a ter uma noção de como funciona e quais os requisitos do Convênio Federal; isso será muito produtivo daqui pra frente".



Presidente da APM na mídia

As equipes das TVs Assembleia e Aparecida gravaram entrevista com o presidente da APM, Marcos Monti, em razão do 1º Seminário Paulista sobre a Política de Enfrentamento do Crack e outras Drogas, realizado na Assembleia Legislativa no dia 5 de abril.

Recentemente, Marcos Monti concedeu novamente entrevista à TV Assembleia, desta vez sobre o projeto de Lei 556/2007, da deputada Ana Perugini (PT), que defende compensação financeira aos municípios que abrigam ou venham a receber unidades penitenciárias.



Assembleia discute combate ao crack em Seminário

O estabelecimento de política pública para combater o tráfico e a dependência química de crack foi o tema do 1º Seminário Paulista sobre a Política de Enfrentamento do Crack e outras Drogas, realizado na Assembleia Legislativa no dia 5 de abril. O evento teve a iniciativa do deputado Donisete Braga (PT), e contou com o apoio de Enio Tatto, líder da bancada do PT, e Olimpio Gomes (PDT).

Donisete Braga, na abertura do seminário, declarou que o crack é uma questão de saúde pública e, para debater o assunto, convidou pesquisadores, representantes do Poder Público e sociedade, visando conseguir sugestões para o desenvolvimento e fortalecimento de políticas públicas para vencer o crack e outras drogas.

Olimpio Gomes contou que nos 29 anos em que atuou como policial, e que comandou o policiamento no centro de São Paulo, viu nascer e crescer a disseminação da droga. "O policial pode impedir a ação do

traficante, mas a sociedade precisa acordar e pressionar pela ação da segurança pública".

Para Énio Tatto, tudo o que está sendo feito é pouco. "Estamos perdendo a briga para as drogas e o crack", declarou. Segundo ele, estatísticas mostram que quando os menores dão entrada na Fundação Casa, eles já são usuários de drogas.

Combate e prevenção

O presidente da Associação Paulista de Municípios, Marcos Monti, falou que os municípios não têm verba suficiente para suportar o combate ao crack. Ele acredita que as ações de combate à droga têm de ser conjuntas e que o combate ao tráfico deve ser orientado pela polícia estadual.

Rosangela Elias, coordenadora de Saúde Mental da Secretaria Municipal da Saúde, e Wladimir Taborda, representante da Secretaria Estadual da Saúde, explicaram de que forma o setor está se estruturando

para enfrentar o avanço do crack no Estado e no município de São Paulo.

Roberto Tykanori Kinoshita, coordenador da Área Técnica de Saúde Mental Álcool e Drogas do Ministério da Saúde, disse que o Estado tem de entender o que leva as pessoas a se tornarem usuárias de drogas. Ele explicou que crack não é a droga que causa maior prejuízo ao país.

Também fizeram o uso da palavra Ronaldo Laranjeira, professor titular de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo e coordenador da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas (Uniad) da Unifesp; o promotor e coordenador de Saúde do Ministério Público, Reynaldo Mappelle Júnior; o presidente do Conselho Estadual sobre Drogas, Mauro Gomes Aranha de Lima; e o promotor coordenador do Centro Operacional da Infância e Juventude do Ministério Público, Lélio Ferraz de Siqueira Neto. (Por: ALESP - Vera Boldrini e Mariza Paulicek).





12º CBTIM

CONGRESSO BRASILEIRO DE TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO PARA OS MUNICÍPIOS



oportunidade



conteúdo



informação



conhecimento

DE 25 A 27
DE OUTUBRO DE 2011

Centro de Convenções Aydil Pinesi Bonachella
Indaiatuba - SP

INFORMAÇÕES

www.apaulista.org.br | apaulista@apaulista.org.br | 11. 2165 9999



LIXO: O GRANDE VILÃO

Por Antonio Sergio Baptista. *

A revista “Veja São Paulo”, no dia 19/01/2011, publicou extensa reportagem sobre o tema “Os podres do nosso lixo”, da qual destaco o seguinte trecho: “Para retirar 180.000 metros cúbicos de entulho dos córregos de São Paulo em 2010, a prefeitura utilizou 30 000 caminhões. Já o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) tirou do Tietê 1 milhão de metros cúbicos de sujeira ...”.

O jornal “O Estado de S. Paulo”, do dia 19/02/2011, em seu “Caderno Metrópole”, traz matéria de 1ª página abordando o mesmo tema: “Lixo jogado nas estradas paulistas enche 10 mil caminhões por ano”.

“No ano passado, foram recolhidas nos 22,9 mil quilômetros de rodovias paulistas 41,5 mil toneladas de lixo. O volume equivalente à carga de 10 mil caminhões. É como se todo o lixo produzido por uma cidade do porte de Araraquara fosse espalhado pelas estradas.” É o resumo da matéria.

É lixo no Rio Tietê; lixo nos córregos e nos piscinões; lixo nas ruas, avenidas e estradas! É lixo por todo o lado!

A destinação da enorme quantidade de lixo produzida diariamente é, hoje, sem dúvida, um dos principais desafios enfrentados pelas administrações públicas dos Estados e, principalmente, dos Municípios; desafio que, como já disse, em outra oportunidade, “está se tornando um pesadelo para as administrações municipais.” (Lixo uma questão de bom senso! - Revista Codivap – junho/julho de 2010).

É preciso enfrentar as causas do problema, começando pela educação e conscientização da população, seja pela redução da produção de lixo, através de melhor aproveitamento dos restos de alimentos, para evitar o desperdício que, segundo dados do Ministério da Agricultura, daria para alimentar 19 milhões de pessoas/ano, seja através da destinação adequada dos resíduos sólidos: jogar o lixo no lixo.

Os números são alarmantes. A educação da população, para evitar os absurdos acima relatados, o desperdício e a disposição indiscriminada dos resíduos sólidos, deveria ser veiculada pelas administrações

públicas de todos os níveis, através de publicidade institucional, direcionando uma parcela dos bilhões de reais destinados àquela despesa que, sempre é bom lembrar, é autorizada pela Constituição Federal, desde que tenha “caráter educativo, informativo ou de orientação social...” (Art. 37, § 1º).

Aliás, não é o que se vê: basta lembrar os milhões de reais que foram gastos pelos governos federal e estaduais, com publicidade eleitoral disfarçada de institucional, para eleger seus candidatos nas eleições de 2010. Onde estava o caráter educativo, informativo e de orientação social de que fala a nossa Constituição?

Ademais, está em vigor, desde 02 de agosto de 2010, a Lei nº 12.305, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos (LIXO), recentemente regulamentada pelo Decreto nº 7404, de 23 de dezembro de 2010.

O novo ordenamento jurídico, discutido no Congresso Nacional durante 18 longos anos, abriga alguns instrumentos preponde-

rentes, que devem ser ressaltados, porque de caráter obrigatório, sob pena de aplicação de pesadas sanções pecuniárias, que alcançam o patamar de 50 milhões de reais, em destaque: os planos nacional, estaduais e municipais de gestão de resíduos sólidos; a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa; o incentivo à criação e o desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; a educação ambiental; o incentivo à adoção de consórcios.

Ordenamento que consagra as seguintes prioridades: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Os caminhos estão traçados na Política Nacional dos Resíduos Sólidos. É momento de enfrentá-los, cabendo papel fundamental aos administradores municipais.

No Estado de São Paulo alguns Municípios, ainda que em pequeno número, já estão se movimentando na formação de consórcios públicos ou de parcerias público-privadas como, por exemplo: Itu, Piracicaba, São Carlos e Jacareí.

Consórcios públicos, organizados de acordo com a Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, tendo por objetivo apresentar soluções integradas para a gestão dos resíduos sólidos de caráter intermunicipal, em especial, para os municípios de pequeno e médio porte.

Parcerias público-privadas, formalizadas mediante contratos de concessão, patrocinada

ou administrativa, com fundamento na Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, com prazo suficientemente longo – acima de 5 anos e até 35 anos -, necessário para viabilizar empreendimentos de alto custo e reverter passivos ambientais.



Antonio Sergio Baptista.
Advogado.
Especialista em Direito
Público



Destaques da Câmara de Laranjal Paulista

Por: Kelly Moraes, Assessora de Comunicação da Câmara Municipal de Laranjal Paulista

A Câmara Municipal de Laranjal Paulista realiza desde 2010 transmissões on line das sessões ordinárias. Estas transmissões são realizadas em tempo real e divulgadas no site da Câmara. Após as transmissões ao vivo, se o munícipe ainda quiser assistir a última sessão ou outras sessões mais antigas, ele pode conferir no site o acervo de vídeos das sessões. Esta iniciativa gerou uma proximidade dos vereadores com os munícipes laranjalenses.

Outra iniciativa da Câmara de Laranjal Paulista que merece destaque é a Semana do Legislativo. Em 2006, através da Resolução nº 10/2006, ficou instituída oficialmente em seu calendário de eventos a Semana do Poder Legislativo Municipal, a ser comemorada anualmente e visando à profunda reflexão que a sua relevância merece. A Câmara oferece nesta semana palestras voltadas aos nobres edis e a toda população laranjalense a fim de enriquecer os com os mais variados temas.

Além disso, prestigia e faz condecorações com "Medalhas do Mérito Câmara Municipal", "Medalhas do Reconhecimento Comunitário de Segurança" e "Títulos de Cidadão Laranjalense" aos profissionais, voluntários e cidadãos laranjalenses pelos relevantes serviços prestados a comunidade.

O atual presidente da Câmara, Sr. Roque Lazaro de Lara, enviou ao Executivo em 2006, na época atuante como vereador, a Indicação ao Projeto de Lei nº 08/2006, que instituiu a "Semana Municipal de Combate e Prevenção à Obesidade Infantil". No ano passado, o Secretário Municipal de Saúde do município, João Rogério de Oliveira, enviou à Câmara os resultados al-



cançados com a Campanha de Combate e Prevenção à Obesidade Infantil.

O Secretário da Saúde, em parceria com a Secretaria Municipal da Educação, tomou a iniciativa de avaliar as crianças escolares, iniciando os trabalhos um mês antes da Semana oficial da campanha, que obteve um aumento de 98% do número de crianças avaliadas em relação a 2009. O Projeto superou as expectativas em relação aos anos anteriores.

A partir desta iniciativa, as escolas deram início aos trabalhos de pesagem e medida das crianças de 02 a 12 anos no mês de setembro de 2010, com o intuito de alcançar maior número de pessoas. Após este levantamento, os dados foram enca-

minhados para a Secretaria Municipal de Saúde para serem avaliados através da Nutricionista da rede básica de saúde.

A Campanha Oficial do Projeto de Lei iniciou na semana do dia 05 a 08 e na semana de 13 a 15 de outubro de 2010 no Posto de Saúde Central CSII da cidade, onde a equipe de saúde avaliou as crianças já pesadas previamente nas escolas, bem como, as crianças que compareceram na unidade. As crianças que foram classificadas com sobre peso e obesas, tiveram acompanhamento nutricional em todas as Unidades Básicas de Saúde.

No total da campanha foram avaliadas 2.820 crianças que foram classificadas conforme tabela :

Estróficas (normais)	1.783 crianças	63.1%
Baixo Peso	28 crianças	1.0%
Sobre Peso (acima do peso)	495 crianças	17.5%
Obesidade	517 crianças	18.3%

*Dados da Secretaria Municipal de Saúde de Laranjal Paulista

Curiosidade

Através do Decreto Legislativo nº 03/2002 o Edifício da Câmara Municipal ficou denominado “Palácio dos Tropeiros”. Antes mesmo de 1884, quando, ao adquirir por estas paragens considerável extensão de terra, Delfino de Mello fez nascer na hoje zona central da cidade o povoado que viria a se constituir na Vila, no Distrito e, em 1917, no Município de Laranjal, os audazes tropeiros já tinham trazido à tona a existência destas terras quando, às margens de um ribeirão e à sombra de nativo laranjal, descansavam da árdua luta de transportar muares e, em seus lombos, pesadas cargas outras que, oriundas das Minas Gerais, tinham por destino a cidade onde seriam comercializadas, isto é, em Sorocaba, nome de origem tupi-guarani que significa “feira de burros”.

Com o mais antigo processo de marketing, o boca-a-boca, pelo trajeto que percorriam para se desincumbirem das imposições do seu trabalho, os tropeiros foram pioneiros em divulgar que, a partir das achanhadas margens do ribeirão dos laranjais, vislumbrava-se a existência de alongadas e férteis terras. A eficiência do meio de comunicação disponível não demorou a surtir efeitos: as primeiras famílias de agricultores chegaram para lavrá-las e se assentaram nas imediações do local que aqueles cavaleiros haviam escolhido para o pouco ou o

merecido descanso das penosas e infindas viagens.

Por que Tropeiros? Porque esse nome congrega nativos e imigrantes. Mescla raça, povo, cultura e religião. Ele é a mais profunda raiz de todos nós.

Contato e Localização:

Praça Dr. Djalma Sampaio, 400

Vila Campacci -

Laranjal Paulista - SP

CEP: 18500-000

Fax:

(15)3283-1962

Telefones:

(15) 3283-6622/

(15) 3283-1041/(15) 3283-2772

E-mail:

comunicacao@camaralaranjalpaulista.sp.gov.br

Câmara Municipal de Laranjal Paulista

Roque Lazaro de Lara (PTB) - Presidente da Câmara

Djalma Valdemir Bordignon (PSDB) - Vice - Presidente

José Francisco de Moura Campos (PSDB) - Primeiro Secretário

Nilso Ventris (DEM) - Segundo Secretário

Antonio Rinaldo Martins (PR)

Fábio José de Oliveira (PDT)

Ivete Aparecida Migliani (PPS)

Marcelo Alessandro Contó (PT)

Vicente Di Santi Filho (PV)



Pega Palhaço, ou melhor, Peeeega paiaço!!!!

Por: Claudio Manesco

No sol bravo da duas da tarde jogam duas equipes de bairro – para nós era sítio. Os camisas azuis do Pinheirinho e do Paulo Preto enfrentavam as listas amarelas e pretas das Caieiras e do Dito Mola.

Lá pelas tantas, o juiz, um tal de Zé, ao qual se referiam como Lagarto resolveu dar um pênalti inexistente do goleiro do Pinheirinho em cima do centroavante do time de Caieiras. O goleiro ficou indignado, pegou a bola entre as mãos e disse:

- Ninguém vai bater... Só se passarem por cima do meu cadáver.

Confusão armada, eis que um meio-campista do bairro de Caieiras, irmão do goleiro do Pinheirinho, chegou perto e cochichou no ouvido do seu “fratello”:

- Maninho, deixa de confusão. Vai lá para o gol que eu vou bater a penalidade pra fora. Assim a gente corrige a injustiça do juiz e o jogo continua. Que vença o melhor, sem interferência de ninguém.

O irmão viu uma luz para solução do problema e assentiu com movimentos verticais de cabeça. E assim, o juiz colocou a bola na marca da cal e o goleiro viu o irmão ajeitar a bola para o chute. Certo que a bola iria para fora, nem se esforçou em arriscar um canto. Fechou os olhos e ao abrir escutou o delírio da torcida adversária e uma voz forte a soar-lhe até hoje nos seus ouvidos:

- Peeeega Paiaço!!!!!!!!!

O Dito Mola e o Paulo Preto de fato são personagens reais da minha infância. Os times também, mas as camisas e os fatos

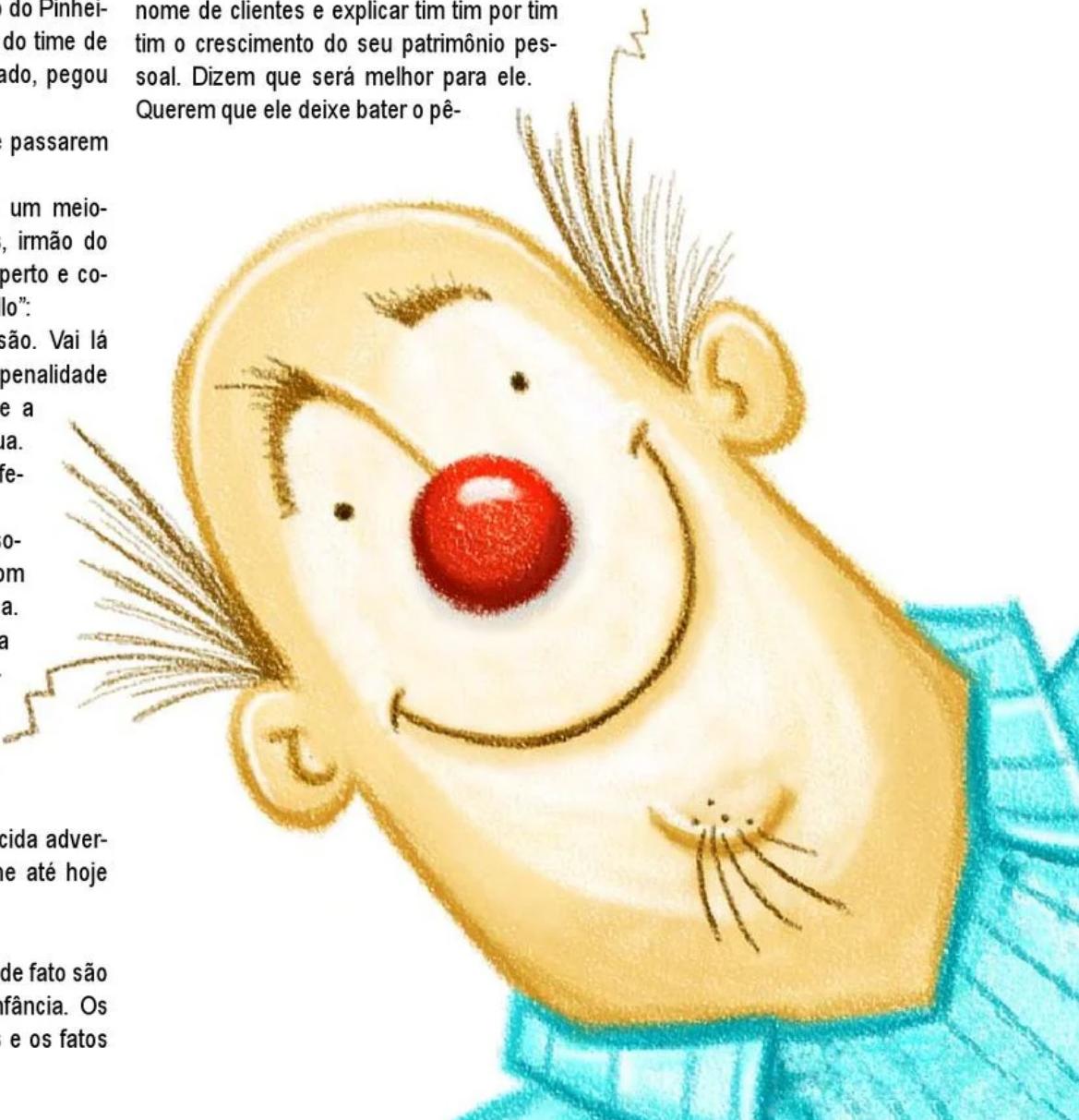
aconteceram, mas não exatamente assim. Não importa, compus essa cena para fazer uma analogia com os dias atuais.

Políticos, até do seu próprio partido, analistas políticos, jornalistas e diversos agentes da sociedade insistem que um determinado membro do governo deve dar nome de clientes e explicar tim tim por tim tim o crescimento do seu patrimônio pessoal. Dizem que será melhor para ele. Querem que ele deixe bater o pê-

nalti e muitos – sobretudo os seus “irmãos” prometem que vão chutar pra fora.

Numa mesa de bar um amigo perguntou o que eu achava disso tudo. Respondi que ele corre o risco de, ao deixar o pênalti ser batido, ouvir um sonoro:

- Peeeega Paiaço!!!!!!!!!





Cresce o número de empresas em São Paulo

As estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2009 (CEMPRE), divulgadas no final de maio, revelaram aumento do número de empresas do estado de São Paulo: em 2008 eram 1.483.186, já em 2009 foram identificadas 1.579.364, crescimento de 6,5%. O quantitativo de pessoal assalariado dessas unidades também aumentou de 3,3%, superando os 11,9 milhões de trabalhadores.

O CEMPRE reúne informações cadastrais e econômicas de empresas e outras organizações (administração pública, entidades sem fins lucrativos, pessoas físicas e instituições extraterritoriais) formalmente constituídas presentes no país e suas respectivas unidades locais (endereços de

atuação das empresas e outras organizações).

Pela primeira vez, o CEMPRE apresentou informações referentes ao **sexo** e ao **nível de escolaridade** das pessoas assalariadas. Em 2009, as 4,8 milhões de empresas e outras organizações integrantes do CEMPRE reuniam 40,2 milhões de assalariados, sendo que 23,4 milhões eram homens (58,1% do total) e 33,6 milhões não tinham nível superior (83,5% do total). Embora houvesse diferenças salariais significativas entre homens e mulheres – eles ganhavam 24,1% a mais –, a desigualdade era maior entre os trabalhadores com e sem nível superior: aqueles que concluíram faculdade recebiam um salário 225%

maior. Os homens eram maioria em 15 das 20 atividades econômicas. As microempresas tinham a maior proporção de mulheres (45,1%) e a menor de assalariados com nível superior (4,7%). As grandes empresas empregavam 57,7% dos assalariados com nível superior e um em cada cinco desses trabalhava na indústria de transformação.

SP emprega 40,9% do pessoal assalariado com nível superior do Brasil

Os Estados que mais se destacaram na absorção do pessoal com **nível superior** foram São Paulo, com 40,9%; Rio de Janeiro, com 12,3%; Minas Gerais, com 8,9%; Paraná, com 6,4%; ►

e Rio Grande do Sul, com 4,7%.

Quanto ao nível de escolaridade, as maiores participações de pessoal assalariado com nível superior estavam no Distrito Federal (13,2%), no Rio de Janeiro (11,9%) e em São Paulo (11,6%), enquanto as maiores participações de pessoal ocupado sem nível superior foram observadas em Rondônia (95,2%), Acre (95,0%) e Alagoas (94,5%).

As Unidades da Federação com os **maiores salários** médios foram o Distrito Federal, 6,7 salários mínimos, Rio de Janeiro, São Paulo e Amapá, 3,9 salários mínimos cada um, e Roraima, com 3,6 salários mínimos, todos valores acima da média nacional (3,3 salários mínimos). Já os menores salários médios ficavam na Paraíba (2,3 salários mínimos) e Maranhão, Piauí, Ceará e Alagoas (2,5 salários mínimos cada um).

No comparativo por sexo do pessoal assalariado, apenas 36,6% das vagas em São Paulo foram ocupadas por mulheres, ficando ainda acima da média nacional. Santa Catarina foi o estado com maior participação de mulheres 39,6%.

Comparativo do crescimento no pessoal assalariado

Considerando apenas as entidades empresariais, o pessoal ocupado assalariado aumentou 4,6% em 2009, na comparação com o ano anterior, passando de 27,0 milhões para 28,2 milhões, um incremento de 1,2 milhão de novos empregos. Em comparação com os anos anteriores, 2009 representou uma redução no ritmo de crescimento no pessoal assalariado. Em 2007, o acréscimo havia sido de 9,1% (mais 2,1 milhões de pessoas) e em 2008 de 6,5% (mais 1,6 milhão).

Por atividade econômica, comércio, re-

paração de veículos automotores e motocicletas geraram 373,9 mil novos empregos, construção, 246,8 mil e atividades administrativas e serviços complementares, 193,8 mil. Essas três atividades foram responsáveis por 65,7% dos novos empregos em 2009.

Em nível regional, em 2009, em comparação com o ano anterior, a região Sudeste foi a que apresentou o maior incremento no pessoal assalariado, com 548,1 mil novos empregos nas unidades locais das empresas, do total de 1,2 milhão de novos empregos nas empresas no ano. A região Nordeste ficou na segunda colocação, com 341,4 mil novos empregos, e a região Sul, na terceira, com mais 186,1 mil pessoas assalariadas. As regiões Centro-Oeste e Norte apresentaram incrementos de 97,2 mil e 67,0 mil, respectivamente.

A redução na geração de novos empregos entre 2007 e 2009 não foi homogênea entre as regiões. Em todas elas, houve redução no saldo entre 2007 e 2008. Contudo, em 2009, a região Nordeste apresentou crescimento no saldo, enquanto as demais apresentam redução. Por Unidade da Federação, **São Paulo gerou 305,4 mil novos empregos**, Minas Gerais 121,3 mil, Bahia 120,7 mil, Paraná 99,7 mil e Rio de Janeiro 95,6 mil. □



Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2009
Publicação impressa com CD-RDM

Ranking dos Municípios Pessoal ocupado assalariado (Pessoas) Ano = 2009

Município		
1	São Paulo	4.654.681
2	Campinas	360.210
3	Guarulhos	301.597
4	São Bernardo do Campo	261.742
5	Barueri	221.373
6	Santo André	202.894
7	São José dos Campos	185.922
8	Ribeirão Preto	182.344
9	Sorocaba	161.349
10	Santos	155.447
11	Jundiaí	154.502
12	Osasco	150.700
13	São José do Rio Preto	112.132
14	Piracicaba	111.945
15	São Caetano do Sul	111.178
16	Diadema	104.824
17	Bauru	95.383
18	Taubaté	80.759
19	Mogi das Cruzes	79.227
20	Americana	76.959
21	Franca	72.720
22	Cotia	72.136
23	Limeira	71.709
24	São Carlos	66.355

A publicação completa das Estatísticas do CEMPRE está disponível na página www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/cadastroempresa/2009/.

Denise Guichard Freire - Gerente do Cadastro Central de Empresas



A Citeluz e a Prefeitura.

Uma parceria de sucesso!

A Resolução 414/2010 da ANEEL garante melhor controle na gestão da iluminação pública e traz mais benefícios para sua cidade.

O que o Município ganha

- Redução das despesas de energia elétrica;
- Serviços de qualidade e continuidade com retornos positivos para a imagem dos administradores;
- Fomento ao turismo, promoção da circulação noturna da população, atração de novos investimentos, gerando maior estímulo à economia local;
- Efetiva contribuição à redução dos índices de violência e criminalidade;
- Aumento da credibilidade no uso dos recursos públicos;
- Garantia da cidade iluminada a noite e apagada durante o dia;
- Monitoração da qualidade do atendimento à população;
- Planejamento das intervenções.

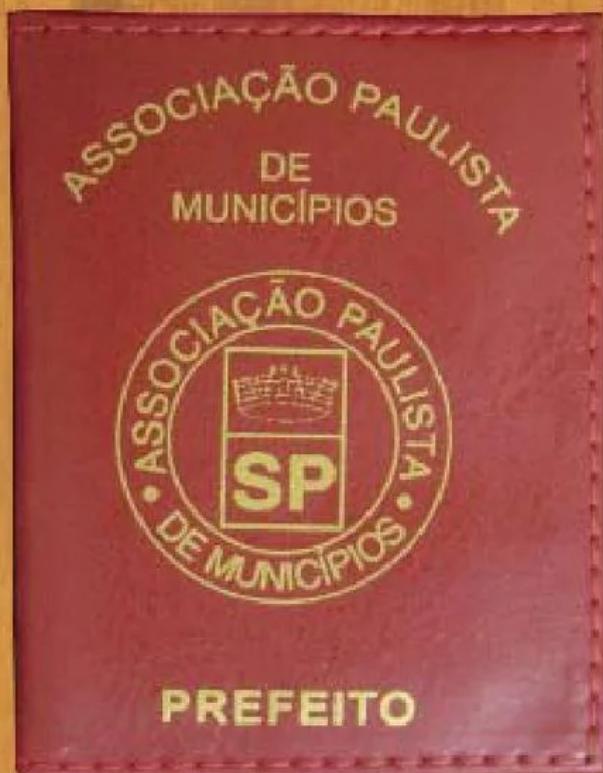


Carteira de

Agente Público Municipal

A Carteira de Agente Público Municipal está de cara nova! Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, que integram os Municípios associados à APM, podem solicitar a sua. Uma prática carteirinha confeccionada pensando em você Gestor Municipal.

Confira abaixo as vantagens de ser um associado:



- ✓ Carteira de identificação do Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores;
- ✓ Isenção da taxa de inscrição para Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores, secretários municipais e técnicos do Executivo e Legislativo nos Congressos realizados pela APM: Congresso Estadual de Municípios e CBTM;
- ✓ Desconto na taxa de inscrição para Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores, secretários municipais e técnicos do Executivo e Legislativo nos cursos e seminários realizados pela APM;
- ✓ Isenção para acesso a webcast, curso pela internet;
- ✓ Direito a voto nas Assembleias exercido pelo(s) Prefeito(s);
- ✓ Acesso aos serviços da APM, como também de parceiros e consultas jurídicas;
- ✓ Sala dos Municípios equipada à disposição

Solicite agora mesmo a sua carteirinha de Agente Público Municipal



Informações

Associação Paulista de Municípios

Fone: (11) 2165-9999 E-mail: apaulista@apaulista.org.br



INCLUSÃO NA ONU

No último dia 9, a secretária de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Linamara Rizzo Battistella, representou o Estado de São Paulo no lançamento do Relatório Mundial sobre a Deficiência que aconteceu no Prédio das Nações Unidas, em Nova Iorque. Na ocasião, ela apresentou a experiência do governo de São Paulo, o primeiro a ter uma

pasta específica para área, na reabilitação das pessoas com deficiência. Produzido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Banco Mundial, o relatório foi lançado pelo Diretor Geral da OMS e pelo Vice-Presidente da Rede de Desenvolvimento Humano do Banco Mundial. O Relatório Mundial sobre a Deficiência inclui as primeiras estimativas atualizadas de âmbito global sobre a deficiência desde a década de 1970, e faz uma revisão sobre os fatores que afetam as tendências da deficiência.



VISITE:

<http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br>
http://www.who.int/disabilities/world_report/2011/en/index.html

Linamara Rizzo Battistella, Secretária de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência